



ANAIS DO I SIMPÓSIO ONLINE DA LASGO

*Liga Acadêmica de Sexologia, Ginecologia e Obstetrícia*¹



RESUMO: O evento alcançou uma abrangência nacional, assim, proporcionando a disseminação de conhecimento envolvendo a sexualidade, ginecologia e obstetrícia para diversos acadêmicos. Todos os objetivos específicos foram alcançados através das palestras ministradas pelos médicos com domínio na temática. Em sexologia: proporcionou o conhecimento da construção da sexualidade na humanidade; diferenciação de sexo biológico e gênero; discussão de orientação afetivo-sexual. Em ginecologia: proporcionou o conhecimento clínico sobre HPV e suas vacinas; câncer de colo de útero: fatores de risco, sintomas e tratamento. Em obstetrícia: proporcionou o conhecimento sobre o COVID-19 em gestantes; o manejo de pacientes com COVID-19; e a transmissão vertical de COVID-19. Realizou-se a abertura de submissão de trabalhos científicos com temas relacionados a sexologia, ginecologia e obstetrícia. Publicamos, no perfil do Instagram da LASGO, o edital de submissão de resumos simples no dia 06 de agosto com o prazo final de submissão até o dia 16 de agosto. A submissão foi realizada através de um formulário do Google Forms. Recebemos 67 trabalhos. Por fim, foram aprovados 48 trabalhos. Nos dias 28 e 29 de agosto de 2020 os trabalhos foram apresentados no Instagram da LASGO no formato e-poster.

¹ Centro Universitário de Mineiros
– UNIFIMES, Unidade Trindade.

Presidente da Comissão Científica

Carla Danielle Dias Costa

Docentes Avaliadores

Ana Karolina Lopes
Andréa Cristina de Sousa
Cleiton Bueno da Silva
Felipe dos Santos Arruda
Fernanda Dias Tomé
Larisse Silva Dalla Libera
Mariana Carla Mendes
Odeony Paulo dos Santos
Renata Rodrigues Rosa
Ricardo Cambraia Parreira

Revisão Final

Gabriela de Souza Campos
Geovanna Karolliny M. Moreira
Gustavo Machado Trigueiro
Ana Flávia Braga Araújo
Nardel Luiz Ribeiro da Silva Junior
Paula Moreira Peres

SUMÁRIO

A FERTILIZAÇÃO IN VITRO COM EMBRIÕES CONGELADOS NA DIMINUIÇÃO DE COMPLICAÇÕES OBSTÉTRICAS.....	136
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA OS ADOLESCENTES NO AMBIENTE ESCOLAR	137
A RELAÇÃO DE ANORGASMIAS COM O VAGINISMO	138
A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	139
ABORDAGEM BIOPSISSOCIAL DAS CONSEQUÊNCIAS A LONGO PRAZO DO ABUSO SEXUAL EM MULHERES.....	140
ANÁLISE DE CASOS SOBRE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA	141
ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DAS VIAS DE PARTO	142
ASSOCIAÇÃO ENTRE HPV E ISTS COMO FATORES PREDISPOANTES AO CÂNCER CERVICAL	143
CÂNCER DE COLO DE ÚTERO: A IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM PRIMÁRIA NA ATENÇÃO BÁSICA	144
CASOS DE SÍFILIS EM GESTANTES NO BRASIL- 2014 A 2019: PERFIL EPIDEMIOLÓGICO	145
CONHECIMENTO DA COBERTURA DA VACINA ANTI-HPV EM ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR.	146
CONTROLE E TRATAMENTO DA DEPRESSÃO PÓS-PARTO POR MEIO DA PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS	147
DISFUNÇÃO SEXUAL EM PORTADORAS DE ENDOMETRIOSE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA	148
EPIDEMIOLOGIA DOS ÓBITOS MATERNOS POR ECLÂMPSIA NO BRASIL: ANÁLISE DE UMA DÉCADA	149
ESTRATÉGIAS NÃO FARMACOLÓGICAS PARA O ALÍVIO DA DOR DO PARTO	150
ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO DE GRAVIDEZ PRECOCE NO ESTADO DA PARAÍBA (2000 A 2018).....	151
GESTAÇÃO DE ALTO RISCO: EPIDEMIOLOGIA E CUIDADOS: REVISÃO DE LITERATURA	152
GESTAÇÃO E COVID-19	153
GESTAÇÃO NO HOMEM TRANSGÊNERO: REALIDADES, TABUS E NOVAS PERSPECTIVAS	154
GRAVIDEZ ECTÓPICA: CONDUTAS REALIZADAS DE ACORDO COM O QUADRO CLÍNICO.....	155
HIPERTENSÃO E INFECÇÃO URINÁRIA NA GRAVIDEZ E SUA REPRESENTAÇÃO METABÓLICA: REVISÃO INTEGRATIVA	156
HORMONIOTERAPIA NO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR E OS RISCOS À INTEGRIDADE DA SAÚDE HUMANA.....	157
IMPLICAÇÕES DO DIABETES MELLITUS GESTACIONAL: REVISÃO DE LITERATURA	158
INCIDÊNCIA DA SÍFILIS CONGÊNITA E SUA RELAÇÃO COM O PRÉ-NATAL: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	159
MICROBIOTA VAGINAL, VAGINOSSES BACTERIANAS E SUSCEPTIBILIDADE AO HIV: UMA REVISÃO DE LITERATURA....	160
MORTALIDADE POR CÂNCER DE COLO UTERINO GESTACIONAL EM MULHERES BRASILEIRAS: ABORDAGEM EPIDEMIOLÓGICA	161
MORTALIDADE POR ECLÂMPSIA DE ACORDO COM DADOS DO DATASUS.....	162
O PAPEL DA INTERLEUCINA 10 NA INFECÇÃO PELO PAPILOMAVÍRUS HUMANO DE ALTO RISCO ASSOCIADO A CARCINOGÊNESE CERVICAL	163
OBSTETRÍCIA E A PANDEMIA PELO NOVO CORONAVÍRUS: CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA	165
OS DESAFIOS DO ALEITAMENTO MATERNO APÓS UM PARTO PRÉ-TERMO.....	166
PARTO HUMANIZADO, UMA NOVA PERSPECTIVA OBSTÉTRICA	167
PERFIL CLÍNICO-EPIDEMIOLÓGICO DE SÍFILIS EM GESTANTES NO BRASIL: ANÁLISE DE 5 ANOS	168
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE INTERNAÇÕES POR ENDOMETRIOSE NO BRASIL: ANÁLISE EM 4 ANOS.....	169
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE SÍFILIS GESTACIONAL	170
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE SÍFILIS EM GESTANTES NO NORDESTE BRASILEIRO ENTRE 2010 E 2019.....	171
POMPOARISMO E SEUS BENEFÍCIOS NA SEXUALIDADE FEMININA: REVISÃO DE LITERATURA	172
PREVALÊNCIA DE CÂNCER CERVICAL EM MULHERES EM IDADE FÉRTIL EM GOIÁS.	173
PRINCIPAIS COMPLICAÇÕES DAS SÍNDROMES HIPERTENSIVAS GESTACIONAIS (SHG): REVISÃO INTEGRATIVA	174
QUANDO OS DISTÚRBIOS SEXUAIS –PARAFILIAS- AFETAM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: REVISÃO NARRATIVA	175
RACISMO: NO BERÇO DORME UM PRETO?	176
RELAÇÃO ENTRE DISFUNÇÃO ERÉTIL E APNEIA OBSTRUTIVA DO SONO	177
REVISÃO DE LITERATURA SOBRE SAÚDE MENTAL DE GESTANTES DURANTE PANDEMIA DE COVID-19	178
REVISÃO DE LITERATURA SOBRE TRANSMISSÃO VERTICAL DE COVID-19.....	179
SÍFILIS CONGÊNITA EM MENORES DE UM ANO NA REGIÃO NORTE: ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA.....	180
SÍFILIS MATERNA E A PREMATURIDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA	181
SÍNDROME DE ASPIRAÇÃO DE MECÔNIO E TERAPIA SURFACTANTE NO RECÉM-NASCIDO: REVISÃO INTEGRATIVA.	182
UMA ALTERNATIVA DE DUAS FACES	183
TROMBOSE VENOSA PROFUNDA ASSOCIADA AO USO DE ANTICONCEPCIONAIS ORAIS	184

A FERTILIZAÇÃO IN VITRO COM EMBRIÕES CONGELADOS NA DIMINUIÇÃO DE COMPLICAÇÕES OBSTÉTRICAS

Maria Vitoria de Sousa Almeida ¹
Bianca Lucas Fernandes ¹
Gregório Dantas dos Santos ¹
Adriana Suely de Oliveira Melo ²

¹ Acadêmicos de Medicina da Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB

² Doutora, Docente de Medicina na Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB

INTRODUÇÃO: A Fertilização in Vitro (FIV) é um tratamento que tem obtido destaque nos últimos anos, desde o nascimento de Louise Brown, primeira criança nascida por essa técnica, já foram concebidos mais outras 5 milhões. Todavia, não obstante os bons resultados, é importante salientar que comparada a uma gestação que não tenha sido obtida por uma fertilização in vitro, as gravidezes obtidas por FIV têm maior risco de complicações, mesmo em gestações únicas. **MÉTODOS:** Este artigo trata-se de uma revisão sistemática narrativa da literatura, para a qual foi realizada busca nas bases de dados a partir das palavras-chave *Fertilization in Vitro AND Embryo Transfer AND Cryopreservation*, obtidas na plataforma Decs. Foram filtrados Ensaio Clínicos Randomizados publicados nos últimos 5 anos em qualquer idioma. Desse modo, foram obtidos 41 artigos, dos quais foram selecionados 6, a partir da leitura dos títulos e resumos. Também contribuiu para este trabalho, o artigo *“In Vitro fertilization and adverse obstetric and perinatal outcomes”*. **DESENVOLVIMENTO:** Os resultados de cada trabalho apresentaram pequenas variações, tendo alguns trabalhos demonstrado benefícios como o maior número de nascidos vivos, entretanto, o trabalho de Le (2018) demonstrou que não houve diferença significativa nesse quesito. Ademais, é importante ressaltar que o principal benefício encontrado com o uso da transferência de embriões que foram congelados foi em relação a redução da incidência da Síndrome da Hiperestimulação Ovariana, principalmente em mulheres com a Síndrome dos Ovários Policísticos. **CONCLUSÃO:** O nosso trabalho demonstrou que a transferência de embriões que foram congelados pode ser uma opção viável para reduzir alguns riscos na gravidez, mas, principalmente, o risco de Síndrome da Hiperestimulação Ovariana. Todavia, é importante estar atento a algumas outras complicações como o risco aumentado de pré-eclâmpsia.

PALAVRAS-CHAVE: *Fertilization in Vitro, Embryo Transfer, Cryopreservation.*

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA OS ADOLESCENTES NO AMBIENTE ESCOLAR

Rillary Islane Alves Pereira¹
Natalha Cabral do Nascimento²
Eliza Vitória Nascimento Figueredo³
Amuzza Aylla Pereira dos Santos⁴

1. Universidade Federal de Alagoas. rillary_pereira02@hotmail.com.

2. Universidade Federal de Alagoas. natalha.14@gmail.com.

3. Universidade Federal de Alagoas. elizavnf@gmail.com.

4. Universidade Federal de Alagoas. amuzza.santos@gmail.com.

INTRODUÇÃO: A adolescência marca as principais mudanças biopsicossociais de um indivíduo e representa a transição da infância à vida adulta. Nessa “fase” de mudanças podem ocorrer conflitos nos relacionamentos familiares e interpessoais, além de comportamentos tidos como de risco para o adolescente, como sua sexualidade que é considerada problema de saúde pública. Por isso, a educação em saúde, por vezes realizada nas escolas, é de extrema importância, para diminuição das barreiras no que se refere à abordagem com esses adolescentes. Sabendo disso, o presente estudo destaca a importância da educação em saúde realizada para os adolescentes no ambiente escolar.

MÉTODOS: Revisão de literatura de artigos obtidos na interface SciELO, publicados em Português e recorte temporal 2018-2020. Utilizando os descritores: Sexualidade, Educação em Saúde e Adolescente, associados ao operador booleano “AND”. Obteve-se 04 resultados, dos quais 03 foram utilizados. Adotou-se como fator de exclusão artigos que não tivessem adolescentes como objeto de estudo.

DESENVOLVIMENTO: O desejo da independência, característico da adolescência, e a transformação do corpo, despertando a curiosidade sobre o sexo e a sexualidade podem estimular o adolescente a ter relação sexual precocemente, possibilitando fatores de risco para agravos que podem trazer consequências graves para sua vida. Ainda nesse contexto, a instituição familiar é o primeiro espaço de interação social, mas não apresenta resultados positivos quanto a abordagem da sexualidade pois comumente limita-se ao aspecto preventivo. Com isso, o papel do diálogo sobre o assunto é transferido a terceiros e se restringe em maior parte ao ambiente escolar, já que os jovens pouco frequentam as unidades básicas de saúde. É nesse momento que a escola, que se torna um veículo importante à educação em saúde, principalmente quando aliada aos profissionais da área, mas tal abordagem, no ponto de vista dos adolescentes, ainda é limitante.

CONCLUSÃO: A educação em saúde é importante para discutir temas que carregam estigmas e preconceitos, desenvolvendo um relevante papel à promoção da saúde dos adolescentes. O conhecimento obtido pelo jovem, reflete em sua autoproteção, mas não significa imediata mudança do seu comportamento, pois estes carregam fatores socioculturais que demandam uma abordagem contínua. Outrossim, faz-se importante a escuta acolhedora desses indivíduos, além da sensibilização do profissional para uma abordagem emancipatória.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde do Adolescente; Sexologia; Educação em saúde

A RELAÇÃO DE ANORGASMIA COM O VAGINISMO

Tânia Pacheco Dos Santos¹
Isabela De Oliveira Soares²
Joliane Oliveira De Figueiredo³
Maria Clara Ribeiro Figueiredo⁴
Richard Amuy Lima Rodrigues⁵
Vanessa Resende Souza Silva⁶

1 Acadêmica de Medicina do Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES, Mineiros-GO. E-mail: taniapachecopds@gmail.com
2 Acadêmica de Medicina do Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES, Mineiros-GO. E-mail: isabbelasoares@hotmail.com
3 Acadêmica de Medicina do Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES, Mineiros-GO. E-mail: joliane.figueiredo@gmail.com
4 Acadêmica de Medicina do Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES, Mineiros-GO. E-mail: mariaclaralegal10@hotmail.com
5 Acadêmico de Medicina do Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES, Mineiros-GO. E-mail: amuy.richard@hotmail.com
6 Biomédica. Docente do Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES, Mineiros-GO. E-mail: vanessa.resende@unifimes.edu.br

INTRODUÇÃO: O vaginismo é caracterizado como uma contração persistente e involuntária da musculatura da vagina, o que acaba impedindo ou dificultando a penetração e a relação sexual, e isso interfere nas relações pessoais podendo gerar a um quadro de anorgasmia que é a ausência de orgasmo, a qual está relacionada com a insatisfação sexual. Com isso, o presente trabalho tem a finalidade de analisar a relação do vaginismo e da anorgasmia, visando a melhora da terapêutica e da abordagem clínica para este grupo. **MÉTODOS:** Foram utilizados o *Scielo* e o *PubMed* como banco de dados para a revisão bibliográfica, nos quais foram pesquisados os termos “anorgasmia”, “vaginismo”, “disfunção sexual” e “sexualidade feminina”. **DESENVOLVIMENTO:** A dispaureunia é a principal queixa de mulheres com vaginismo, que é proveniente de uma resposta sexual fisiológica alterada devido a contração involuntária dos músculos da vagina. Além disso, a mulher acaba tendo mudanças na libido e insatisfação sexual o que leva a anorgasmia. Isso tudo, acaba gerando um problema multifatorial e necessita de uma abordagem que atenda os fatores biológicos, psicológicos e socioculturais. Com isso, é preciso trabalhar a causa do vaginismo, ou seja, fazer fisioterapias para que haja o relaxamento dos músculos e o controle dos mesmos, ver se a paciente tem uma percepção negativa sobre sexualidade, abuso físico e sexual, mitos sexuais e ao conservadorismo religioso e tratar o medo e ansiedade. Para que assim não haja um acentuado aperto ou tensão dos músculos abdominais e pélvicos durante a tentativa de penetração sexual o que leva a um sofrimento que é a questão de ser mulher e não conseguir ter satisfação sexual, já que o orgasmo representa o clímax, o culminar agradável da relação sexual. **CONCLUSÃO:** O vaginismo e anorgasmia são questões importantes que levam a um impacto na saúde das mulheres, tanto na questão psíquica como na questão física, devido a sua insatisfação sexual e social principalmente, pois a mulher não tem apenas o papel de se reproduzir, mas o de sentir prazer também.

PALAVRAS-CHAVE: Vaginismo, anorgasmia, disfunção sexual.

A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Bethânia Silva Barros¹
Victor Massao Houra¹
Geovanna Karolliny Marques Moreira²
Gustavo Machado Trigueiro²
Guilherme Cotomacci³

¹Acadêmicos do curso de medicina da Universidade Nove de Julho, Guarulhos/SP, Brasil.

²Acadêmicos do curso de medicina do Centro Universitário de Mineiros - UNIFIMES, Trindade/GO, Brasil.

³Docente do Departamento de Ciências da Saúde da Universidade Nove de Julho, São Paulo/SP, Brasil.

INTRODUÇÃO: O termo “Violência Obstétrica” é utilizado para descrever a violência contra mulheres e meninas durante o trabalho de parto. As práticas associadas a esse termo, incluem: negligência, abuso verbal, emocional, físico, uso inadequado e não baseado em evidências de intervenções médicas (episiotomias, induções do parto, prevenção de acompanhantes no parto e cesáreas desnecessárias). O objetivo deste trabalho é analisar a produção científica sobre violência obstétrica, identificando suas principais características no Brasil. **MÉTODOS:** Trata-se de uma revisão narrativa dos artigos científicos indexados na base de dados: PubMed e SCIELO com os descritores “*Obstetric*” e “*Violence*”, juntamente com operador booleano “AND”. O período de abrangência foi de 2015-2020. Os critérios de elegibilidade foram os artigos disponíveis na íntegra nos idiomas português e inglês. Foram excluídos estudos de teses, dissertações, editoriais e artigos de opinião. **DESENVOLVIMENTO:** Foram identificados 207 artigos, sendo excluídos aqueles que não atendiam aos critérios estabelecidos. Por fim, foram selecionados 10 trabalhos. A violência obstétrica é, principalmente, relacionada à qualidade do atendimento e ao fracasso da prática obstétrica baseada em evidências. Supõe-se que informar e treinar profissionais sobre medicina baseada em evidências é o suficiente para mudar essas práticas. Contudo, evidencia-se que a violência em contextos obstétricos no Brasil é multifacetada pelo fato de incluir tanto atos individuais de abuso quanto componentes estruturais, como configurações espaciais degradantes que levam à falta de privacidade e impedem o uso de acompanhantes. Além disso, o tratamento abusivo de mulheres e meninas em serviços de maternidade indica violência de gênero e reflete a desvalorização social mais ampla de mulheres e meninas, principalmente, as marginalizadas e pobres. Ademais, há uma suposição de que abusos são apenas um problema dos serviços de maternidade do setor público. Entretanto, segundo a Organização Mundial de Saúde o país tem a segunda maior taxa de cesariana do mundo (55%), demonstrando a intervenção médica desnecessária em obstetrícia do setor privado. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que, a violência obstétrica se configura por práticas que desumanizam e causam danos a mulheres e meninas. Por isso, são necessários esforços para mudar as culturas institucionais que toleram formas medicalizadas de abuso.

PALAVRAS-CHAVE: Violência; Parto Obstétrico; Brasil

ABORDAGEM BIOPSISSOCIAL DAS CONSEQUÊNCIAS A LONGO PRAZO DO ABUSO SEXUAL EM MULHERES

Leonardo Gabriel Pinto ¹
Ana Tereza de Freitas Lanza ¹
Ana Clara Rivetti Bitencourt de Paula ²
Luísa Bomjardim Carvalho Guimarães ²
Christiane Carvalho Ribeiro ³
Luciana Rodrigues da Cunha ⁴

1-Acadêmicos de Medicina da Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG)

2-Acadêmicas de Medicina da Faculdade de Saúde e Ecologia Humana (FASEH)

3-Médica Psiquiatra, Professora do Internato de Psiquiatria na Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG)

4-Médica Psiquiatra, Professora da Psicologia Médica na Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG)

INTRODUÇÃO: A violência sexual é caracterizada como um crime cometido por um ou mais indivíduos perante um cidadão em que pode ocorrer ou não contato físico. No Brasil são numerosos os relatos de casos de abuso sexual, sendo a maioria das vítimas do sexo feminino. Cabe ressaltar que grande parcela das agressões sexuais já se inicia desde a infância e a adolescência. Assim, de forma geral, além das mulheres serem o maior alvo desse abuso, e dado o início tão precoce na vida, são muitos os danos causados a longo prazo na saúde feminina. **MÉTODOS:** Foi realizada revisão de literatura, com artigos a partir de 2016, em Português, Espanhol e Inglês, nas bases de dados PubMed, Scielo e Google Acadêmico. Os descritores utilizados foram “Abuso sexual na infância”, “Assédio sexual”, “Disfunções sexuais psicogênicas” e “Saúde sexual”. **DESENVOLVIMENTO:** Os danos e a gravidade de um abuso sexual na mulher dependem da idade da vítima; de quem foi o abusador (se desconhecido ou conhecido); e do tipo de abuso (penetração, toque, etc). As principais consequências não imediatas são: dificuldades de se chegar ao orgasmo, dificuldade de excitação sexual, vaginismo, dispareunia, iniciação sexual precoce, depressão, ansiedade, uso de substâncias, entre outros. Muitas das disfunções sexuais psicogênicas são devidas a alterações neuroendócrinas e funcionais, que, a depender de fatores como a resiliência, podem levar a modificações no volume cerebral e alterações no desenvolvimento do sistema límbico e hipocampo - responsáveis pelo processamento de emoções e memórias - sendo fatores de risco para danos físicos e psíquicos. Estatisticamente, mulheres já abusadas têm pior qualidade de vida e maior risco de disfunção sexual do que mulheres que nunca sofreram abuso sexual. Como possíveis tratamentos, foram apontadas a terapia cognitivo-comportamental, terapia sexual baseada em *mindfulness* e terapias de escrita expressiva; sendo importante um acompanhamento multidisciplinar. **CONCLUSÃO:** Dado o efeito negativo do abuso sexual para a saúde das mulheres, deve-se buscar uma abordagem correta do tema na prática médica. Uma vez que muitos dos danos sejam observados apenas a longo prazo, é de extrema valia que se pergunte sobre histórico de abuso sexual, para se proceder como melhor diagnóstico e terapêutica disponíveis. Por fim, mais estudos devem ser feitos na área, para que se amplie o conhecimento sobre o tema e se possa envidar esforços no sentido de melhorar os desfechos em vítimas desse crime.

PALAVRAS-CHAVE: “Abuso sexual na infância”, “Assédio sexual”, “Disfunções sexuais psicogênicas” e “Saúde sexual”

ANÁLISE DE CASOS SOBRE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Rebeca Miguel de Oliveira¹
Bruna Abreu Simões Bezerra Cunha¹
Giovanna Azevedo Rodrigues¹
Luísa Castilho Amâncio¹
Nathália Caroline Rabêlo de Souza¹
Francisco Wellington Rodrigues²

¹Discente do curso de medicina do Centro Universitário de Anápolis – GO

²Preceptor da residência médica da Fundação Banco de Olhos de Goiás (FUBOG), Centro de Referência a Oftalmologia da UFG (CEROF) e professor de medicina da PUC-GO.

INTRODUÇÃO: Desde a década de 80, profissionais da saúde e dos direitos humanos reprodutivos se empenham em discutir a violência no parto e combatê-la. Porém, esse movimento só começa a experimentar avanços nos anos 90, quando realmente virou um campo de investigação formal, no Brasil. O movimento tem como objetivo o protagonismo e a participação ativa da mulher em seu trabalho de parto. Ainda hoje, as mulheres sofrem humilhações, e maus tratos por diversos profissionais de saúde no parto. Esse estudo tem como objetivo analisar a ocorrência da violência obstétrica na perspectiva das usuárias das maternidades e hospitais. **MÉTODOS:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura a respeito da violência obstétrica no Brasil. As plataformas de pesquisa utilizadas foram: PubMed e Scielo por meio dos Descritores em Ciências de Saúde (DeCS): Obstetrícia, Maternidade, Parto Humanizado. Os artigos foram escolhidos com base no critério da data de publicação, entre 2004 e 2019, aqueles escritos em português e inglês. **DESENVOLVIMENTO:** A violência cometida por profissionais de saúde contra mulheres no período gravídico-puerperal caracteriza a violência obstétrica. Algumas condutas que configuram este tipo de violência são: toques vaginais sem permissão ou sequenciados, manobra de Kristeller, gestos e falas que afetam psicologicamente a mulher. Cerca de 28,3% das mulheres recebem ordens para não gritar durante contrações. Outra forma de violência é a ausência de orientações sobre manobras e práticas durante o parto, 86,7% das mulheres não recebem orientação sobre a manobra de valsalva e 52,2% tem exame de toque realizado por pessoas diferentes. A explicação dos estágios do parto e dos procedimentos invasivos fazem com que a gestante se sinta mais segura. Vale destacar ainda que a desinformação sobre a política de acompanhamento se caracteriza como uma forma de violência. Porém, das mulheres desacompanhadas, 94,3% se encontrava nessa condição por não saber que era permitido um acompanhante em partos normais e para não-adolescentes. **CONCLUSÃO:** Muitas mulheres ainda sofrem atrocidades durante o trabalho de parto pela equipe de saúde, além de muitas desconhecerem seus direitos, resultando em uma experiência estressante. Mesmo com o avanço das discussões sobre partos humanizados, muito ainda há de ser feito. Visto que, os relatos ainda são, em sua maioria, de experiências violentas durante o parto.

PALAVRAS CHAVES: Violência Obstétrica; Maternidade; Parto Humanizado

ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DAS VIAS DE PARTO

Larrucy Cordeiro Oldra¹
Maria Eduarda Borges Vitor¹
Ana Paula Freitas de Oliveira¹
Mariana Carla Mendes²

¹Acadêmicos do curso de medicina do Centro Universitário de Mineiros - UNIFIMES, Trindade/GO, Brasil.

INTRODUÇÃO: O nascimento é considerado um evento natural e que engloba vários fenômenos. Para que ele aconteça, é necessário que haja uma via de parto vaginal ou cirúrgica. O enfoque dessa revisão foi a abordagem dos aspectos positivos e negativos das vias de parto, sabendo que existe maior preferência pela cesariana, devido a sua fácil realização. Já no parto por via vaginal a mulher que tem que trabalhar com seu próprio corpo, porém há uma maior percepção e sentimentalização.

MÉTODOS: Esta revisão trata-se de uma avaliação bibliográfica, que utilizou as bases de dados: Scielo, Pubmed e Google Acadêmico. **DESENVOLVIMENTO:** A princípio, é necessária uma assistência humanizada à mulher em todo esse processo, e isso inclui o acesso ao conhecimento com embasamento científico sobre o trabalho de parto e suas vias, e o governo brasileiro preconiza essa assistência, pois é fundamental o conhecimento para se fazer uma decisão com segurança. Outro fator interferente na escolha da via de parto são percepções de outras mulheres que já passaram pelo processo parturitivo, na qual relatam suas experiências, tanto negativas quanto positivas, relacionando as vias quanto à dor sentida no momento do parto principalmente no vaginal, pois há um estereótipo sobre a dor do parto, à relação entre mãe e o bebê, e à recuperação pós-parto. Há preferência pelo vaginal, mas o cesáreo é prevalente, uma vez que é o mais apresentado no pré-natal. Um dos argumentos mais utilizados entre as mulheres é o de que o normal a recuperação é mais fácil, enquanto a cesárea é mais demorada e mais dolorosa. Ademais, o ponto negativo mais discutido acerca do parto vaginal é o desencadeamento de incontinências, urinária e fecal e lacerações perineais, já a cesariana é a influência da anestesia e as dores da incisão cirúrgica. **CONCLUSÃO:** Desse modo, após a realização desse estudo, concluiu-se que é essencial a humanização no atendimento mulher em seu ciclo gravídico-puerperal, para que sejam, assim, extintos empecilhos futuros à sua saúde e a do bebê. Além disso, mostra-se que após a avaliação dos critérios positivos e negativos das vias de parto, ainda há uma prevalência entre as mulheres pela via de parto cesáreo, em detrimento do vaginal, mesmo que esse último seja mais efetivo na recuperação da saúde.

PALAVRAS CHAVE: vias de parto, normal e cesáreo

ASSOCIAÇÃO ENTRE HPV E ISTS COMO FATORES PREDISPONENTES AO CÂNCER CERVICAL

Rubens Barbosa Rezende¹
Larissa Teodoro²

¹Faculdade Santa Rita, Conselheiro Lafaiete, MG, Brasil.

²Instituto de Ciências da Saúde, Universidade Paulista, Campinas, SP, Brasil.

INTRODUÇÃO: A infecção do trato genital pelos genótipos do papilomavírus humano (HPV) exercem a função etiológica principal na evolução do câncer cervical (CC). No Brasil, o CC é o terceiro tipo de câncer mais prevalente entre o gênero feminino. Dessa forma, objetivou-se avaliar a prevalência e a incidência de CC e os fatores que contribuem para o seu desenvolvimento; como também a associação do HPV com outras infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura disponível nas bases de dados PUBMED e SciELO, utilizando os descritores: “Infecções Sexualmente Transmissíveis”, “Papilomavírus Humano” e “Câncer cervical”, devidamente cadastrados no MeSH e no DeCS, empregando o operador booleano AND. Foram encontrados 47 artigos e selecionados 15 para compor essa revisão. Os critérios de inclusão foram: artigos completos, disponibilizados de forma gratuita, publicados em inglês, entre os anos de 2015 a 2020. Bem como os critérios de exclusão foram: artigos nos demais idiomas, não disponibilizados de forma gratuita e nos quais a temática não abordava o objetivo proposto. **RESULTADOS:** O CC é estimado como o quarto tipo de câncer mais frequente em todo o mundo com cerca de 570 mil casos novos/ano, o que representa 3,2% de todos os cânceres. No Brasil, de acordo com o Instituto Nacional do Câncer, para triênio 2020-2022, espera-se 16.590 novos casos/ano, ou seja, aproximadamente 15 casos a cada 100 mil mulheres. A *Chlamydia trachomatis* e *Herpes simplex* são agentes infecciosos transmitidos sexualmente, os quais originam inflamação local e podem auxiliar na infecção e desenvolvimento de HPV e evolução de lesão cervical. A literatura demonstra que as ISTs estão entre as principais causas de morte entre os gêneros feminino e masculino em todo o mundo, sendo o HPV o mais frequente. Os índices de morte e incidência de CC são elevados, em particular nos países em desenvolvimento, e sua ocorrência está ligada a infecção prévia por HPV, no que corrobora no desenvolvimento de lesões intraepiteliais. Além disso, a literatura demonstra que mulheres soropositivas tem mais suscetibilidade a co-infecção por HPV, e essa interação entre duas ISTs, está associada à modificação no sistema imune da portadora de HIV. **Conclusão:** Portanto, fica claro que a prevalência e a incidência de CC crescem a cada ano, exibindo números alarmantes e que seu desenvolvimento está associado tanto a ISTs, como também a fatores ambientais e genéticos.

PALAVRAS-CHAVE: Câncer cervical. Infecções Sexualmente Transmissíveis. Papilomavírus Humano.

CANCÊR DE COLO DE ÚTERO: A IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM PRIMÁRIA NA ATENÇÃO BÁSICA

Livia Maria Silva Galvão¹
Gealine Monteiro Bezerra²

Faculdade do Belo Jardim-FBJ¹
Faculdade do Belo Jardim-FBJ²

INTRODUÇÃO: Câncer de colo de útero é um tumor maligno da parte inferior do útero, causado pela infecção persistente do papilomavírus humano (HPV). Segundo o INCA (2018), o número de mortes por câncer do colo uterino chegou a 6.526 e as estimativas de novos casos chegou a 16.590. A prevenção primária é um fator que se tornou importante para prevenir e diminuir os casos, através de ações de promoção visando melhorar a saúde da mulher. **OBJETIVO:** Descrever as ações preventivas para o câncer de colo de útero. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo descritivo de abordagem qualitativa e bibliográfica. Foram selecionados 10 artigos, destes 3 foram eliminados por não corresponder os critérios dos objetivos, os restantes 7 foram lidos e agrupados para melhor compreensão e resultados. A busca de dados se deu nas bases SCIELO, LILACS e INCA (Instituto nacional de câncer), todos os artigos na língua portuguesa e publicados entre 2012 a 2020. **DESENVOLVIMENTO:** A prevenção é de grande importância para diminuir o número de casos de câncer do colo do útero, observa-se que as ações na atenção básica são de grande transcendência e quando passadas da maneira correta tem uma queda no número de casos, a prevenção primária está relacionada à diminuição do risco de contágio pelo papiloma vírus humano (HPV), é de suma importância que a enfermagem junto com a equipe multidisciplinar desenvolvam campanhas contra este tipo de câncer, informando ao público alvo a excelência do uso do preservativo, da realização do exame citopatológico anualmente e para os adolescentes a vacinação da tetra valente contra o HPV para alcançar o objetivo de reduzir a incidência deste câncer nas próximas décadas, o que se torna de grande crédito para a abordagem primária. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que é possível prevenir o câncer do colo do útero, é fundamental que a enfermagem em especial da atenção básica possa trabalhar em ações conjuntas com equipe multiprofissional a fim de obter resultados satisfatórios quanto a promoção, prevenção e suas complicações, visando diminuir o índice e em busca de resultados positivos

CASOS DE SÍFILIS EM GESTANTES NO BRASIL- 2014 A 2019: PERFIL EPIDEMIOLÓGICO

Tamile Souza Rocha¹
Lívia Pinheiro Pereira²

INTRODUÇÃO: A sífilis é um grave problema de saúde pública no Brasil, sendo uma das Infecções Sexualmente Transmissíveis mais prevalentes em gestantes. Os casos de sífilis em gestantes apresentaram elevação nos últimos cinco anos, de acordo com os dados epidemiológicos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação- SINAN. A sífilis gestacional se não tratada pode acarretar em graves consequências para o feto e recém-nascido levando desde a prematuridade até a morte. Podemos refletir sobre a sífilis ser uma doença prevenível e curável, com tratamentos eficazes oferecidos pelo Sistema Único de Saúde e ainda assim ser considerada um agravo com altas taxas de prevalência gerando altas demandas ao serviço de saúde. **MÉTODOS:** Revisão de literatura narrativa, buscas realizadas nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe e Ciências da Saúde, Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica e Bases de Dados de Enfermagem, além de utilizar dados epidemiológicos registrados no SINAN em agosto de 2020, utilizando os operadores booleanos AND e OR e as estratégias de busca “Epidemiologia”, “Sífilis”, “*Treponema Pallidum*” e “Gestantes” cadastradas nos Descritores em Ciências da Saúde. Os critérios de inclusão foram artigos publicados em português entre os anos de 2014 a 2019 e textos completos, foram encontrados 140 artigos e após leitura foram selecionados 24. Como critérios de exclusão foram retirados resumos e títulos que não estavam de acordo com o tema. **DESENVOLVIMENTO:** De acordo com os dados analisados nos anos de 2014 a 2019 a média de casos foi de 39.308,50, em mulheres com idade gestacional no 1º trimestre com 14.433 casos e jovens na faixa etária de 20 a 29 anos, além disso, a classificação clínica mais prevalente com 11.724 casos foi a sífilis latente. **CONCLUSÃO:** O estudo demonstrou que o perfil epidemiológico traçado em cinco anos evidencia uma redução no ano de 2019 com 25.794 casos e um pico no ano de 2018 com 62.599 casos, podendo ser justificado por diversos motivos, dentre eles a diminuição da cobertura/adesão ao pré-natal, desabastecimento de penicilina nas unidades, baixa adesão ao uso de preservativos ou ainda pelo aumento de testes rápidos realizados. É notável a necessidade de medidas mais eficazes, visando a redução dos casos de sífilis gestacional e complicações graves ao conceito podendo traduzir-se em problemas contínuos ao sistema de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Epidemiologia. Gestantes. Sífilis. *Treponema Pallidum*

CONHECIMENTO DA COBERTURA DA VACINA ANTI-HPV EM ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR.

Maria Carolina da Silva¹
Monique Thauanny Silva Ribeiro²
Larisse Silva Dalla Libera³

¹Graduada em Farmácia. Faculdade Evangélica de Ceres, Ceres-GO, Brasil.

² Faculdade Evangélica de Ceres, Ceres-GO, Brasil.

³Mestre em Ciências da Saúde com ênfase em Patologia Clínica e Doenças Humanas pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde da Universidade Federal de Goiás. Docente da Faculdade Evangélica de Ceres. Goiânia-GO, Brasil.

INTRODUÇÃO: O Papilomavírus humano (HPV) é um vírus transmitido sexualmente que está envolvido com a carcinogênese de diversos cânceres anogenitais. A prevalência global do câncer do colo do útero é de 569.847 casos, sendo que no Brasil é de aproximadamente 16.370 casos. **OBJETIVO:** O presente estudo avaliou a cobertura vacinal e o conhecimento sobre a infecção pelo HPV e a vacina anti-HPV em estudantes do Ensino Superior. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo descritivo transversal, em que foram aplicados questionários em uma Instituição de Ensino Superior no interior de Goiás em 142 acadêmicas dos Cursos Superiores que foram ou não imunizadas para o HPV. Os questionários continham 40 questões objetivas relacionadas com o conhecimento sobre o Papilomavírus humano e a vacina anti-HPV. Os dados coletados foram analisados pelo programa IBM SPSS versão 20, com aplicação do teste de Fisher e considerando $p \leq 0,05$. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Associação Educativa Evangélica sob o parecer 3.771.104. **RESULTADOS:** Das 142 estudantes que responderam o questionário aproximadamente 60% (85) estavam vacinadas para o HPV e 40% (57) não estavam imunizadas contra o vírus. O nível de conhecimento dessas alunas em relação a infecção pelo HPV (67,6%) e em relação a vacina anti-HPV (70,9%) foi praticamente igual ao das estudantes não vacinadas (67,9% e 65,7% respectivamente) demonstrando que a média de acertos entre elas foram semelhantes. Além disso, as participantes vacinadas têm a percepção de que por estarem imunizadas não precisam realizar o exame de Papanicolau anualmente ($p=0,03$). De acordo com os resultados obtidos, a maioria das estudantes relataram o uso de preservativo durante as relações sexuais (44,4%) ou disseram que fariam uso do preservativo, caso tivessem relações íntimas (21,1%). Mas 29,6% relataram não fazer o uso do preservativo. **DISCUSSÃO:** A similaridade entre as médias de acertos das acadêmicas vacinadas e não vacinadas é um dos fatores preocupantes deste estudo, pois a infecção pelo vírus é considerada um grave problema de saúde pública. Os resultados encontrados de baixa percepção para realização do exame de Papanicolau, demonstram a necessidade de orientação e instrução sobre a importância do exame, necessitando a criação de campanhas para sensibilizar estas jovens a adotarem o exame como uma prática preventiva para um possível diagnóstico da doença. Grande parte das estudantes entrevistadas revelaram possuir o entendimento sobre a importância do preservativo para um sexo seguro. **CONCLUSÃO:** As acadêmicas vacinadas apresentaram um nível de conhecimento em relação a infecção viral e a vacina anti-HPV praticamente igual as não vacinadas, demonstrando que mesmo a vacina sendo ofertada a estas meninas, elas não entendem para que é indicada e qual sua importância. Além disso, era esperado um número maior de participantes vacinadas, principalmente porque a vacina foi disponibilizada gratuitamente para a faixa etária dessas meninas.

PALAVRAS-CHAVE: Câncer do colo do útero. Papilomavírus humano. Vacina

CONTROLE E TRATAMENTO DA DEPRESSÃO PÓS-PARTO POR MEIO DA PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS

Daniel Martins da Gama Leite Mascena¹
Gregório Dantas dos Santos¹ Beatriz Correia de Almeida¹
Luzibênia Leal de Oliveira²

¹ Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Campina Grande, PB.

² Prof^a Doutora da Unidade Acadêmica de Enfermagem (UAENF) da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Campina Grande, PB.

INTRODUÇÃO: A gestação é um período de vulnerabilidade e mudanças, e sabe-se que após esse evento o corpo e mente feminina levam um tempo para se adaptar ao estado de não gravidez. Sendo assim, devido a instabilidade da fase, transtornos como a depressão pós-parto (DPP) podem estar presentes em uma parcela significativa de puérperas. A DPP chega a afetar 25% das mulheres no Brasil, totalizando cerca de 2 milhões de casos anuais, logo, é imprescindível o estudo de práticas que minimizem os sintomas ou evitem o surgimento dessa doença, como a atividade física, que vem apresentando relevância nesse contexto. Esse trabalho objetiva avaliar por meio de uma revisão bibliográfica a efetividade da prática do exercício físico no tratamento e prevenção da DPP.

MÉTODOS: O presente estudo é uma revisão da literatura elaborada através de pesquisa nos bancos de dados do Pubmed e SciELO, por meio dos descritores *postpartum*, *depression*, *exercise*. Sendo incluídos trabalhos acadêmicos publicados durante os últimos 5 anos. **DESENVOLVIMENTO:** Foi observado que com a inclusão da prática do exercício físico no período pós-parto os sintomas associados à DPP foram extintos ou diminuíram significativamente. A exemplo da diminuição da fadiga diurna, que após as primeiras semanas de práticas físicas regrediu, sintomas como irritabilidade excessiva e insônia, frequentes em quadros de DPP, também apresentaram melhoria significativa com apenas quatro semanas de prática. Outros fatores avaliados foram que as praticantes de exercício físico no pós-parto apresentam uma maior escala de socialização e contato social externo ao ambiente doméstico. Ademais, constatou-se uma maior aceitação da própria imagem e realização pessoal, associada ao controle do sobrepeso habitualmente, alusivo ao tempo de gravidez, e liberação de endorfina. A diminuição da gordura corporal, promovida pela prática, propicia a estabilização dos níveis hormonais com uma maior velocidade, uma vez que o tecido adiposo tem relevância endócrina. **CONCLUSÕES:** Observa-se que com a prática do exercício físico os danos da DPP podem ser minimizados, e alguns deles como, a insônia, a fadiga, a irritabilidade e o transtorno de imagem corporal são diretamente abrandados chegando a extinção em alguns dos casos. Face aos achados científicos identificados neste estudo, evidencia-se a importância da atividade física como uma conduta terapêutica no período pós-parto sendo uma boa alternativa de tratamento complementar nesses quadros.

PALAVRAS-CHAVE: Depressão, Pós-parto, Exercício físico

DISFUNÇÃO SEXUAL EM PORTADORAS DE ENDOMETRIOSE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Maria Clara Ribeiro Figueiredo¹
 Richard Amuy Lima Rodrigues²
 Isabela De Oliveira Soares³
 Joliane Oliveira De Figueiredo⁴
 Tania Pacheco Dos Santos⁵
 Jeovana Romero De Serqueira⁶

¹ Acadêmica de Medicina do Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES, Mineiros-GO. Email: mariaclaralegal10@hotmail.com

² Acadêmico de Medicina do Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES, Mineiros-GO. Email: amuy.richard@hotmail.com

³ Acadêmica de Medicina do Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES, Mineiros-GO. Email: isabbelasoares@hotmail.com

⁴ Acadêmica de Medicina do Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES, Mineiros-GO. Email: joliane.figueiredo@gmail.com

⁵ Acadêmica de Medicina do Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES, Mineiros-GO. Email: taniapachecopds@gmail.com

⁶ Enf^a Especialista em Saúde Pública e Controle de Infecção, mestranda em Saúde Coletiva/ NESC/UFG. Email: jeovana@unifimes.edu.br

INTRODUÇÃO: Endometriose é uma patologia ginecológica de fisiopatologia ainda incerta, frequente nas mulheres, caracterizada por implantações de endométrio em locais fora da cavidade uterina, manifestando-se clinicamente por infertilidade, dor pélvica e dispareunia, em especial nos casos profundos, ou seja, abaixo de 5 mm do peritônio. Dada a importância epidemiológica e relevância temática, o presente trabalho tem o fito de analisar a disfunção sexual e o comprometimento da sexualidade em portadoras de endometriose, visando a melhora da abordagem clínica neste grupo. **MÉTODOS:** Foi realizada uma revisão sistemática da literatura através de 39 artigos científicos previamente selecionados em língua portuguesa e inglesa nas plataformas CAPES/MEC (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e *PubMed Central* nas datas de 2000 a 2020, com os descritores endometriose, dispareunia, disfunção sexual e sexualidade. **DESENVOLVIMENTO:** A dor genital durante ou após o ato sexual é a 2^a queixa mais comum das mulheres com endometriose, presente em até 49% dos casos. Esta pode ser proveniente de uma resposta sexual fisiológica alterada, com mudanças de libido, lubrificação ou satisfação sexual, os quais tem associação direta com medo da dor vivido em relações anteriores, fato que desencadeia uma série de bloqueios psicoemocionais, contribuindo para a disfunção sexual. Os estudos mostraram que a endometriose por si só pode levar à disfunção por meio da hiperalgesia e neuroinflamação, fato que desregula fibras nervosas através da diminuição do limiar de ativação de nociceptores, aumentando a percepção dolorosa dispareunêmica, podendo gerar quadros de dor pélvica crônica. Além disso, a ameaça de infertilidade associada à doença foi capaz de diminuir o desejo sexual em muitas pacientes, sobretudo as maiores de 30 anos. Vários vieses de tratamento foram descritos, mas a videolaparoscopia demonstrou os melhores resultados a longo prazo em termos de retomada da sexualidade da mulher e diminuição da dor, sobretudo na endometriose profunda. **CONCLUSÃO:** A presença intrínseca de disfunção sexual em portadoras de endometriose é uma questão grave de saúde, por ter um impacto não apenas na saúde física, mas sexual e psíquica de tais mulheres. É fundamental cada vez mais novos estudos na área para melhorar o manejo nessas pacientes, visando a melhora da sua qualidade de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Dispareunia. Endometriose. Sexualidade

EPIDEMIOLOGIA DOS ÓBITOS MATERNOS POR ECLAMPSIA NO BRASIL: ANÁLISE DE UMA DÉCADA

Gabriel de Sá Sastre¹
Daniel Oliveira da Costa¹
Rodrigo Alex de Souza Galdino¹
Luiz Fernando Leite da Silva Neto¹
Davi Gabriel Barbosa¹
Manuela Furtado Veloso de Oliveira²

¹Acadêmico de Medicina pela Universidade do Estado do Pará (UEPA).

²Mestranda em Enfermagem pela Universidade do Estado do Pará (UEPA).

INTRODUÇÃO: A mortalidade materna é definida pela morte ocorrida na gestação e até 42 dias após o parto. Dentre suas principais causas tem-se a eclampsia, responsável pelo aumento da pressão arterial durante a gestação. Seus fatores de risco são o aumento de peso, infecções e os níveis socioeconômicos. **OBJETIVO:** Traçar o perfil epidemiológico dos óbitos maternos por eclampsia no Brasil no período de 2009 a 2018. **MATERIAIS E MÉTODOS:** É um estudo ecológico que utilizou dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde referentes aos óbitos maternos por eclampsia no Brasil no período de 2009 a 2018. Avaliou-se a distribuição segundo regiões do Brasil, faixa etária, cor/raça, escolaridade e momento do óbito. **RESULTADOS:** Foram notificados 1585 óbitos maternos por Eclampsia. Em relação à distribuição dos óbitos, o Nordeste (41,32%) foi o que mais se destacou, seguido do Sudeste (25,49%), Norte (19,31%), Centro-Oeste (7,51%) e Sul (6,37%). Quanto à faixa etária, 18,55% das mulheres tinham entre 10 e 19 anos; 37,29% entre 20 e 29 anos; 36,53% entre 30 e 39 anos e 7,13% possuía 40 anos ou mais. Ademais, 56,84% das mães eram pardas; 26,25% brancas e 10,41% pretas. Quanto à escolaridade, 31,55% das mulheres estudaram de 8 a 11 anos; 26,88% de 4 a 7 anos; 10,22% de 1 a 3 anos; 8,96% estudaram 12 anos ou mais e 3,28% não possuíam nenhuma escolaridade. Quanto ao momento do óbito, 55,84% foram durante o puerpério; 29,34% durante a gravidez, parto ou aborto e 1,83% em outro momento da vida. **DISCUSSÃO:** Muitas complicações dependem do binômio materno-fetal, embora o pré-natal de qualidade seja de extrema importância para evitar a eclampsia. Outrossim, o Nordeste possui muitos óbitos por eclampsia, devido os níveis de escolaridade da região, a exemplo de Pernambuco com 30% da população feminina ter completado três anos de estudo. Além disso, apesar do Sudeste ser o segundo no ranking de óbitos, a literatura cita o Norte como caso de alerta. Ademais, a faixa etária está relacionada com os índices de mortalidade, com um percentual próximo entre as mulheres de 20 a 29 anos e as de 30 a 39 anos, devido um pré-natal indevido, com número de consultas baixas ou insuficientes. **CONCLUSÃO:** Nota-se que, para diminuir os óbitos por eclampsia é importante o acompanhamento médico no período puerperal, especialmente em mulheres jovens e das regiões mais acometidas do país, além da adoção de medidas de prevenção, caracterizadas pelo incentivo à adesão do pré-natal.

PALAVRAS-CHAVE: Epidemiologia; Eclampsia; Mortalidade Materna.

ESTRATÉGIAS NÃO FARMACOLÓGICAS PARA O ALÍVIO DA DOR DO PARTO

Simone Rodrigues Quirino¹

Joana Clara Alves Dias²

Maria Elliani Sousa³

^{1, 2, 3} Universidade Estadual Vale do Acaraú

INTRODUÇÃO: Os métodos não farmacológicos (MNFs) utilizados no trabalho de parto são práticas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Entretanto, os dados da Pesquisa Nascer no Brasil evidenciaram que em partos de baixo risco obstétrico, somente 28% das mulheres foram beneficiadas com o uso dos MNFs. **MÉTODOS:** Trata-se de uma revisão da literatura, foram utilizados os descritores: “Métodos não farmacológicos” e “Parto”, foram realizadas buscas nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF). Como critério de inclusão foram considerados: texto completo, idioma português, espanhol e inglês, publicados com o recorte temporal de 2016 a 2020, e como critério de exclusão: textos duplicados e incompletos. Foram encontrados 42 artigos. Ao final das análises, 10 artigos foram incluídos na revisão. **DESENVOLVIMENTO:** A utilização dos métodos não farmacológicos contribui no suporte para o controle de sensação de dor nas parturientes. Dentre os MNFs mais utilizados destacam-se o banho quente de aspensão, exercícios na bola suíça, deambulação e técnicas de respiração. Os benefícios destes são relaxamento, analgesia, aumento da satisfação materna, redução da ansiedade e do estresse. Outros métodos também são utilizados, visto que com menos frequência são eles a massagem na região cervice-sacral, acupuntura e aromaterapia. Destacados por trazerem redução da dor, ansiedade e estresse, ajudando na evolução do trabalho de parto e garantindo o bem-estar da parturiente. Os estudos mostram que quando os métodos são utilizados de forma associada apresentam um melhor resultado. Ademais, foi identificado que tais medidas trazem mais segurança a mulher, resultando em menos intervenções medicamentosas e analgésicas durante o parto. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a utilização dos MNFs trazem inúmeros benefícios durante o trabalho de parto. É fundamental que os profissionais ofertem e incentivem o uso dos MNFs pela parturiente, visto que a experiência positiva no parto é influenciada por vários fatores, no entanto, a percepção de bem-estar físico da mulher é algo que deve ser valorizado na assistência ao parto.

PALAVRAS-CHAVE: Métodos não farmacológicos, Parto, Benefícios

ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO DE GRAVIDEZ PRECOCE NO ESTADO DA PARAÍBA (2000 A 2018)

Gregório Dantas dos Santos¹
Beatriz Correia de Almeida¹
Daniel Martins da Gama Leite Mascena¹
Denize Nóbrega Pires²

¹Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Campina Grande, PB.

²Prof^o Mestre da Unidade Acadêmica de Medicina (UAMED) da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Campina Grande, PB.

INTRODUÇÃO: Segundo o Ministério da Saúde, gravidez precoce é um problema de saúde pública que envolve inúmeros fatores, como imaturidade física, funcional e emocional da gestante, além de gerar complicações gestacionais. O estudo busca definir o perfil epidemiológico de gravidez precoce na Paraíba entre os anos de 2000 a 2018. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Estudo transversal realizado através da coleta e análise de dados sobre casos de gravidez precoce em jovens com idades entre 10 e 19 anos, utilizando-se como base de dados o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC). **RESULTADOS:** Gravidez precoce é uma problemática que ainda persiste com grande notificação na Paraíba, havendo predominância sobre municípios urbanizados, como João Pessoa. **DISCUSSÃO:** No período analisado, houve um total de 242.530 (100%) registros de gravidez precoce no estado da Paraíba, com predominância sobre a faixa etária de 15-19 anos, com 231.174 (95,3%) notificações, enquanto o intervalo de 10-14 anos revelou 11.356 (4,68%) relatos. Sobre as consultas pré-natais, a quantidade de 7 consultas ou mais foi a que mais se destacou, abarcando 114.126 (47%) jovens, apesar de que um total de 7.214 (2,9%) gestantes não chegaram a realizar nenhuma consulta. Quanto à duração da gravidez, houve predominância do intervalo de 37-41 semanas, com 208.369 (85,9%) notificações, a medida em que a faixa de menor frequência foi “menos de 22 semanas”, com 77 (0,03%) casos. O Grupo de Robson que recebeu maior quantidade de notificações foi o grupo 01, abarcando 26.627 (10,9%) jovens, ao passo que o grupo 09 demonstrou ser o menos comum, com apenas 55 (0,02%) gestantes. O peso ao nascer mais notificado esteve no intervalo de 3.000 a 3.999 g, ocorrendo em 155.777 (64,2%) gestantes, seguido pelo de 2.500 a 2.999 g, com 55.948 (23%) jovens, havendo menor frequência de recém-nascidos com menos de 500 g, notificados em apenas 163 (0,06%) pacientes. No índice de Apgar de 1º minuto, a pontuação mais predominante foi a de 8 a 10 pontos, incluindo 195.653 (80,6%) notificações, embora tenha havido 2.308 (0,95%) casos em que essa escala ficou entre 0 a 2 pontos. A capital João Pessoa se destacou com o maior número de casos, somatizando 74.844 (30,8%), seguida, respectivamente, por Campina Grande, em que houve 54.290 (22,3%) relatos. **CONCLUSÃO:** O traçado epidemiológico da gravidez precoce deve ser constantemente avaliado para que medidas profiláticas sejam efetivadas, no intuito de romper a reincidência dos casos.

PALAVRAS-CHAVE: Gravidez precoce; Epidemiologia; Paraíba

GESTAÇÃO DE ALTO RISCO: EPIDEMIOLOGIA E CUIDADOS: REVISÃO DE LITERATURA

Thaynara Oliveira Alves¹
Raynara Laurinda Nascimento Nunes²
Sthefany Durães Ruas³
Rayssa Danielle Oliveira⁴
Sélen Jaqueline Souza Ruas⁵

¹Acadêmico do Curso de Graduação em Enfermagem, Montes Claros, MG. E-mail: thaynaralves16@gmail.com

²Acadêmico do Curso de Graduação em Enfermagem, Montes Claros, MG. E-mail: srtraynunes@gmail.com

³Acadêmico do Curso de Graduação em Enfermagem, Montes Claros, MG. E-mail: sthefanyduraes@hotmail.com

⁴Egressa do Curso de Graduação em Enfermagem, Montes Claros, MG. E-mail: dani-ray-22@hotmail.com

⁵Mestre e Professora do Curso de Graduação em Enfermagem, Montes Claros, MG. E-mail: selen.ruas@fasi.edu.br

OBJETIVO: Identificar na literatura o perfil epidemiológico e os cuidados na gestação de alto risco.

MÉTODOS: Trata-se de uma revisão de literatura sobre perfil clínico epidemiológico sendo desenvolvido a partir de pesquisa realizada em literatura disponível na base de dados SCIELO (*Scientific Electronic Library*) e BVS (Biblioteca Virtual de Saúde). Os textos foram publicados entre 2017 e 2019. **DESENVOLVIMENTO:** A partir da análise dos artigos utilizados na revisão de literatura, verificou-se que cerca de 10% das gestações apresentam critérios para serem classificadas como alto risco, nos quais incluem as complicações causadas pelos distúrbios hipertensivos, doenças endócrinas, estado nutricional alterado e idade avançada. Os fatores de risco podem ser identificados no decorrer do pré-natal através da anamnese, exame físico geral e exame gineco-obstétrico. A gestante de alto risco deve ter seu acompanhamento de pré-natal realizado pela Atenção Primária à Saúde e simultaneamente pelos serviços especializados de forma integrada. A humanização na assistência, a integralidade das ações, a oferta de exames conforme as recomendações de cada fase da gestação e o apoio emocional são apontadas como fatores imprescindíveis na melhoria da qualidade durante o acompanhamento das gestantes. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a assistência de qualidade no pré-natal e o acompanhamento multidisciplinar são imprescindíveis para um cuidado humanizado e individualizado, visando a melhoria no bem-estar físico e mental à gestante, o que contribui para a redução das possíveis complicações durante a gestação, parto e puerpério.

PALAVRAS-CHAVE: Gestação; Humanização; Epidemiologia

GESTAÇÃO E COVID-19

Gustavo Machado Trigueiro¹
Geovanna Karolliny Marques Moreira¹
Bethânia Silva Barros²
Adélia Rocha Simeoni³

¹Acadêmicos do curso de medicina do Centro Universitário de Mineiros - UNIFIMES, Trindade/GO, Brasil.

²Acadêmica do curso de medicina da Universidade Nove de Julho, Guarulhos/SP, Brasil.

³Médica anesthesiologista, docente do curso de medicina do Centro Universitário de Mineiros - UNIFIMES, Trindade/GO, Brasil.

INTRODUÇÃO: Em 2019, foi identificado em Wuhan, China, um vírus de RNA da ordem Nidovirales e da família *Coronaviridae*, denominado atualmente como Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2 (SARS-CoV-2). Este vírus é causador da doença COVID-19, considerado, hodiernamente, uma pandemia pela Organização Mundial da Saúde. Assim, o objetivo deste trabalho é identificar a existência da transmissão vertical por COVID-19. **MÉTODOS:** Trata-se de uma revisão narrativa dos artigos científicos indexados na base de dados: PubMed, Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e The Lancet com os descritores “Gestation”, “COVID-19” e “Vertical transmission”, juntamente com operador booleano “AND”. Os critérios de elegibilidade foram artigos disponíveis na íntegra com idiomas em português e inglês. Foram excluídos estudos de teses, dissertações, editoriais e artigos de opinião. **DESENVOLVIMENTO:** Foram identificados 123 artigos, sendo excluídos aqueles que não atendiam aos critérios estabelecidos. Ao final, foram selecionados 10 trabalhos. Sabe-se que pacientes não-grávidas apresentam os mesmos sintomas que pacientes grávidas, como: tosse, febre, dispneia e linfopenia. Entretanto, não houveram casos confirmados de transmissão vertical por COVID-19, sendo demonstrado a ausência do vírus no líquido amniótico, sangue do cordão umbilical, leite materno e swab de orofaringe dos neonatos. Apesar disso, dois recém-nascidos de mães infectadas apresentaram teste positivo para COVID-19 após o parto. **CONCLUSÃO:** Embora a maioria dos estudos não identificarem a transmissão vertical por COVID-19, ainda se torna necessário realizar trabalhos mais aprofundados sobre a temática.

PALAVRAS-CHAVE: Gestação; COVID-19; Transmissão vertical.

GESTAÇÃO NO HOMEM TRANSGÊNERO: REALIDADES, TABUS E NOVAS PERSPECTIVAS

Emylle da Silva Araujo¹

Iago Prina Rocha²

Norma Lopes de Magalhães Velascos Bastos³

¹Acadêmica de Enfermagem, Universidade do Estado da Bahia.

² Enfermeiro, Hospital São Judas Tadeu.

³Professora Adjunta do Departamento de Saúde 2, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

INTRODUÇÃO: Abordar saúde reprodutiva voltada para população transgênero, no Brasil, ainda é um tabu. Compreende-se que a entrada desse público na rede de serviços difere dos núcleos familiares correspondentes ao padrão heteronormativo. Assim, a gestação por um homem transgênero também desconstrói a relação supostamente necessária do processo da maternidade com a feminilidade. Então, ampliar a atenção à saúde dos indivíduos transgêneros, para além da intervenção cirúrgica de redesignação sexual, é de suma importância. **MÉTODOS:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura sobre os aspectos psicossociais e saúde das pessoas transgênero. Feito levantamento bibliográfico nas bases Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs). Foram selecionadas palavras-chave e descritores combinados: políticas públicas, pré natal e transgênero. Identificou-se 114 estudos nas bases de dados. Os estudos identificados foram pré-selecionados por meio da leitura do título, resumo, palavras-chave ou descritores e ano de publicação. Excluiu-se duplicados e os que não atenderam aos critérios de inclusão (idioma português e espanhol e recorte temporal 2012 a 2019). **DESENVOLVIMENTO:** Os trabalhos encontrados quanto à gestação no homem trans, apontam que existem algumas especificidades no acompanhamento pré-natal. Na anamnese e no exame físico, além da investigação comum dos sinais e sintomas da gestação é preciso que sejam investigadas questões específicas da redesignação. Na orientação sobre a hormonioterapia com testosterona é preciso esclarecer sobre os efeitos colaterais provenientes do uso de hormônios sexuais, riscos, doses adequadas e outros procedimentos necessários para adequação das características corporais à identidade de gênero. Serão avaliados concomitantemente as características da gravidez o desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários. Os usuários podem participar da reconstrução de novas ações quanto ao planejamento familiar já estabelecido, de forma representativa, que possibilitem melhor atender suas necessidades nos serviços de saúde. **CONCLUSÃO:** A saúde reprodutiva das pessoas transgênero faz parte da construção do bem-estar físico, mental e social dessas pessoas. A hormonioterapia e as intervenções cirúrgicas podem afetar o funcionamento sexual, reprodutivo e fértil dos transgêneros. O homem transgênero caso não tenha sido submetido a uma histerectomia total, ainda pode engravidar.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas; Pré-natal; Transgênero

GRAVIDEZ ECTÓPICA: CONDUTAS REALIZADAS DE ACORDO COM O QUADRO CLÍNICO

Suzana Dos Santos Vasconcelos¹
Danilo José Silva Moreira¹
Juliana Brito Da Fonseca¹
Karoline Rossi¹
Vinícius Faustino Lima De Oliveira¹
Elane De Nazaré Magno Ferreira²

¹Discente da Universidade Federal do Amapá (Unifap).

²Docente da Universidade Federal do Amapá (Unifap).

INTRODUÇÃO: A gravidez ectópica corresponde à implantação do zigoto fora da cavidade uterina. A gestação ectópica é mais comum no primeiro trimestre e é um dos principais motivos de dor abdominal aguda em serviços de emergência obstétrica. Nesse viés é de suma importância padronizar as condutas a serem realizadas de acordo com o quadro da paciente. **OBJETIVO:** Descrever as condutas realizadas de acordo com o quadro clínico apresentado por pacientes com gravidez ectópica. **MÉTODO:** Foi realizada uma busca na base de dados Lilacs no dia 06 de agosto de 2020 com o seguinte descritor: “gravidez ectópica”, sem delimitação temporal. Ademais, foi realizada uma análise do manual técnico de gestação de alto risco do Ministério da Saúde (MS) de 2012. **DESENVOLVIMENTO:** Foram encontrados com a pesquisa um total de 185 artigos, dos quais 6 foram selecionados, pois fazia parte da temática do estudo. Nesse contexto, 5 dessas produções destacam a conduta expectante na gravidez ectópica que consiste na resolução espontânea, sem interferências e deve-se levar em consideração o equilíbrio hemodinâmico, a ausência de embrião vivo, diminuição nos níveis de β -hCG no período de 24 a 48 horas, esses aspectos também são destacados no manual técnico de gestação de alto risco do MS e este ainda acrescenta mais outros critérios pouca dor, níveis baixos de sangramento e massa ectópica inferior a 3cm para então, seguir a conduta expectante. Porém, houve divergências, pois os 5 artigos destacam que a massa ectópica deve ser inferior a 5cm, para então se prosseguir com a conduta expectante. Ademais, em 100% das literaturas relatam o tratamento medicamentoso, o qual deve ser seguido se a grávida apresentar sinais vitais estáveis e pouca sintomatologia, gestação ectópica íntegra e ausência de atividade cardíaca embrionária. Ademais, em 2 dos artigos analisados e no manual técnico relatou-se o tratamento cirúrgico, que pode ser conservador ou radical. Para realizá-lo a paciente deve estar com sinais vitais instáveis, presença de sangramento persistente, diagnóstico da gravidez ectópica inconclusivo ou gestação avançada. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que os artigos revisados mostram tanto divergências como similaridade entre critérios utilizados para a realização das condutas mencionadas. Logo, observou-se que essas condutas se mostram importantes, uma vez que contribuem para o melhor prognóstico e diminuição da mortalidade em mulheres com gravidez ectópica.

PALAVRAS-CHAVE: gravidez ectópica, diagnóstico clínico, sinais e sintomas

HIPERTENSÃO E INFECÇÃO URINÁRIA NA GRAVIDEZ E SUA REPRESENTAÇÃO METABÓLICA: REVISÃO INTEGRATIVA

Sara Brandão dos Santos¹
Agata Layanne Soares da Silva²
Eulália Estel Vieira³

¹Acadêmica do curso de medicina da Universidade Federal do Maranhão

²Acadêmica do curso de medicina da Universidade Federal do Maranhão

³Docente do curso de medicina da Universidade Federal do Maranhão

INTRODUÇÃO: A infecção do trato urinário (ITU) é caracterizada pela colonização, invasão e multiplicação de microrganismos no sistema urinário e representam as infecções bacterianas mais frequentes da gravidez, tendo como uma de suas consequências a hipertensão. Nesse contexto, na gestação, esse tipo de situação é responsável por sérias complicações materno-fetais, como pré-eclâmpsia, prematuridade, baixo peso ao nascer, além do óbito neonatal. Assim, na situação clínica essas pacientes demonstram um perfil padrão, porém com algumas divergências. Objetiva-se, no presente artigo, analisar o perfil clínico das gestantes que são acometidas por ITU e/ou hipertensão.

METODOLOGIA: Trata-se de uma revisão integrativa de literatura com estudos disponíveis nas bases de dados Binacis, Lilacs e Medline. Utilizou-se os descritores “Infecção”, “gravidez”, “hipertensão”, e o operador booleano “And”. Os critérios de inclusão foram estudos nos idiomas inglês e português, disponíveis na íntegra, realizados entre 2015 e julho de 2020. Artigos com literatura destoante do objetivo abordado foram excluídos da revisão. **DESENVOLVIMENTO:** Identificou-se 34 artigos. Aplicando os critérios de inclusão e exclusão, 10 artigos atenderam aos aspectos, sendo cinco no Medline e cinco no Lilacs. A incidência da hipertensão e de ITU mostra-se prevalente em gestantes com hábitos de vida similares, como uma alimentação ultraprocessada, sedentarismo e a falta de conhecimento sedimentado sobre as causas das doenças. Concomitantemente, os exames laboratoriais elucidaram semelhanças nos valores da glicemia, colesterol total e insulina, porém mães somente com infecção urinária apresentaram menores concentrações plasmáticas de triglicerídeos em relação às mães com hipertensão arterial. Além disso, diferenças a priori na gravidez mostram que mulheres com doença hipertensiva têm maiores porcentagens de sobrepeso e obesidade, podendo acarretar em quadros de resistência à insulina e diabetes na vida adulta do bebê. Por conseguinte, devido a esses fatores há predisposição na ocorrência de aborto espontâneo, parto prematuro e restrição do crescimento fetal. **CONCLUSÃO:** É evidente a necessidade de mais estudos acerca da correlação entre hipertensão e infecção do trato urinário na gravidez. Contudo, os resultados atuais mostram riscos e malefícios para o binômio mãe-filho.

PALAVRAS-CHAVE: Complicações na gravidez; Doença crônica; Infecção

HORMONIOTERAPIA NO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR E OS RISCOS À INTEGRIDADE DA SAÚDE HUMANA

Joliane Oliveira De Figueiredo¹
Richard Amuy Lima Rodrigues²
Maria Clara Ribeiro Figueiredo³
Isabela De Oliveira Soares⁴
Tânia Pacheco Dos Santos⁵
Vanessa Resende Souza Silva⁶

1 Acadêmica de Medicina do Centro universitário de Mineiros – UNIFIMES, Mineiros-GO. Email: joliane.figueiredo@gmail.com
2 Acadêmico de Medicina do Centro universitário de Mineiros – UNIFIMES, Mineiros-GO. Email: Amuy.richard@hotmail.com
3 Acadêmica de Medicina do Centro universitário de Mineiros – UNIFIMES, Mineiros-GO. Email: mariaclaralegal10@hotmail.com
4 Acadêmica de Medicina do Centro universitário de Mineiros – UNIFIMES, Mineiros-GO. Email: isabbelasoares@hotmail.com
5 Acadêmica de Medicina do Centro universitário de Mineiros – UNIFIMES, Mineiros-GO. Email: taniapachecopds@gmail.com
6 Biomédica docente do Centro universitário de Mineiros – UNIFIMES, Mineiros-GO. Email: vanessa.resende@unifimes.edu.br

INTRODUÇÃO: Discorrer sobre o uso da hormonioterapia no processo de mudança de gênero, seus riscos no organismo do paciente e os malefícios de quando essa terapêutica não é realizada com precaução pelos profissionais da saúde. **MÉTODOS:** Foi realizada revisão bibliográfica de produções científicas, pelas bases de dados do Scielo e Pubmed. apresentando como termos de busca: transexualização, hormonioterapia e saúde. **DESENVOLVIMENTO:** Os transgêneros são indivíduos, os quais não se identificam com seu gênero biológico. Diante do exposto, a busca pela mudança de sexo associada com a falta de instrução e ansiedade para adquirir resultados rápidos na transformação corporal, estimula alguns indivíduos a fazer o uso indiscriminado de medicamentos hormonais. Contudo, não existe um protocolo padronizado específico para o uso de hormonioterapia em pacientes transexuais. Visto isso, essa prática indiscriminada sem a orientação e monitorização de um médico qualificado, coloca em risco a integridade da saúde humana. Nesse sentido, a ingestão diária de hormônios, pode causar alterações como deformidades anatômicas, doenças cardiovasculares, falência hepática, policitmia, apneia do sono, obstrução urinária, aumento do IMC entre outras patologias. Além do mais, o uso exagerado de hormônios também pode estimular um crescimento e proliferação anormal das células do corpo e conseqüentemente acarretar em processos neoplásicos. Por fim, a carência de políticas específicas para pacientes transexuais no Brasil e a falta de instrução dos profissionais da saúde, contribui para o uso não instruído de hormônios no processo de transexualização. **CONCLUSÃO:** Em meio ao exposto é primordial a criação de políticas públicas específicas para a saúde e bem-estar dos transgêneros, que estão enfrentando a transição de sexo. Para isso, é necessário haver uma capacitação de profissionais da saúde, bem como a orientação sobre as conseqüências do uso desenfreado, não acompanhado da terapia hormonal.

PALAVRAS-CHAVE: pessoas transgênero, hormônios, risco à saúde

IMPLICAÇÕES DO DIABETES MELLITUS GESTACIONAL: REVISÃO DE LITERATURA

Joana Clara Alves Dias¹
Simone Rodrigues Quirino²
Maria Elliani Sousa³

^{1, 2, 3} Universidade Estadual Vale do Acaraú

INTRODUÇÃO: O Diabetes Mellitus Gestacional (DMG) é definido como intolerância à glicose, em qualquer intensidade, a qual inicie ou tenha o primeiro reconhecimento durante a gestação, podendo ou não persistir após o parto. No Brasil estima-se que a prevalência de DMG no Sistema Único de Saúde seja de aproximadamente 18%. **MÉTODOS:** Trata-se de uma revisão da literatura nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de Dados de Enfermagem (BDENF) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), que teve como questão norteadora: “Quais as implicações do diabetes mellitus gestacional?”. Os artigos foram coletados no período de Agosto de 2020. Foram utilizados os descritores: “Diabetes Mellitus Gestacional” e “Implicações”, como critério de inclusão foram considerados: texto completo, idioma português, espanhol e inglês, publicados com o recorte temporal de 2016 a 2018, e como critério de exclusão: textos duplicados e incompletos. Foram encontrados 43 artigos. Ao final das análises, 8 artigos foram incluídos na revisão. **DESENVOLVIMENTO:** Dentre as complicações maternas destacam-se o aumento do risco de lacerações perineais, formação de coágulos vascular, aborto espontâneo, alterações oculares, parto distócico, infecções urinárias recorrentes e lesões hepáticas (hemólise). Já as principais complicações para o feto são a macrossomia fetal, hemorragia intracraniana, prematuridade, distócia de ombro, hipoglicemia neonatal, icterícia, desconforto respiratório, maior necessidade de internação em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e risco de óbito fetal. Além disso, ocasiona complicações congênitas como a gastrosquise e onfalocele. O rastreio do DMG antes das 24 semanas pode levar a uma menor frequência de eventos adversos como a pré-eclâmpsia, macrossomia fetal e prematuridade no recém-nascido. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que o diabetes mellitus gestacional gera graves implicações para a mãe e o feto. É fundamental que os profissionais estejam preparados para conduzir o DMG e prestar uma assistência pré-natal adequada, atentando-se aos sinais e manifestações clínicas do DMG e intervindo através do diagnóstico e tratamento precoce para reduzir essas complicações.

PALAVRAS-CHAVE: Diabetes mellitus gestacional, Implicações na gravidez, Feto

INCIDÊNCIA DA SÍFILIS CONGÊNITA E SUA RELAÇÃO COM O PRÉ-NATAL: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Beatriz Correia de Almeida¹
Daniel Martins da Gama Leite Mascena¹
Gregório Dantas dos Santos¹
Denize Nóbrega Pires²

¹Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Campina Grande, PB.

²Prof^a Mestre da Unidade Acadêmica de Medicina (UAMED) da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Campina Grande, PB.

INTRODUÇÃO: A Organização Mundial da Saúde estima que, anualmente, ocorra mais de 1 milhão de casos novos de sífilis gestacional (SG) em todo o mundo. Alertando a necessidade da identificação desses casos para promover a prevenção e tratamento da transmissão vertical. Em diversos estados brasileiros nota-se aumento na incidência da sífilis congênita (SC), demonstrando falhas nas ações de combate a SG durante o pré-natal (PN). Os casos de SC devem ser vistos como uma falha do sistema público de saúde em fornecer PN de qualidade para as gestantes. A revisão tem como objetivo identificar as falhas no PN no enfrentamento da SC. **MÉTODOS:** O presente estudo foi realizado por meio de revisão da literatura, utilizando artigos disponíveis nos bancos de dados do Pubmed e SciELO, publicados de 2017 a 2019, encontrados através dos descritores *congenital syphilis, prevention, Brazil*. **DESENVOLVIMENTO:** O acesso à assistência pré-natal é um direito da gestante, e deve ocorrer precocemente e de forma qualificada. A política nacional brasileira orienta que as gestantes devem ser testadas para sífilis na primeira visita PN, sendo repetido durante o terceiro trimestre de gravidez e no parto. Tanto a gestante soropositiva quanto o seu parceiro devem ser tratados. Os estudos analisados apontaram associação entre altos índices de SC com a falta no PN, como também, com serviços que apresentavam falhas na sua execução, expondo oportunidades perdidas de tratamento da SG. Dentre as falhas encontradas durante o PN destacam-se, a dificuldade de acesso que muitas gestantes enfrentam ao se dirigirem à Estratégia da Saúde da Família (ESF), devido a não sistematização dos serviços e a não priorização das gestantes, como também, o não fortalecimento das relações interpessoais entre profissional e usuária, deixando a desejar nas ações de educação à saúde. Somada a tais problemas, os estudos revelaram recusa da administração da Penicilina G benzatina nas unidades de ESF, os profissionais alegavam falta de material e equipamentos necessários para o enfrentamento de eventuais reações anafiláticas. Ademais, outro fator agravante é a não realização do tratamento do parceiro sexual das gestantes soropositivas. **CONCLUSÃO:** Para um melhor enfrentamento da SC objetivando redução da sua incidência, se faz necessário estratégias para início precoce do PN, formação continuada de profissionais de saúde sobre educação em saúde e a garantia do tratamento das gestantes e de seus parceiros com penicilina.

PALAVRAS-CHAVE: Sífilis congênita; Prevenção; Brasil; Pré-natal

MICROBIOTA VAGINAL, VAGINOSSES BACTERIANAS E SUSCEPTIBILIDADE AO HIV: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Ana Tereza de Freitas Lanza¹
Carolina Tavares de Sousa Vilela¹
Luana Costa Vieira¹
Caio de Vasconcelos Sarmiento¹
Leonardo Gabriel Pinto¹
Edna Lúcia Campos Wingester²

¹Acadêmica de Medicina da Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais

²Enfermeira, Mestre e Doutora em Enfermagem pela UFMG, Professora de Práticas em Saúde Coletiva e Medicina Preventiva da Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais

INTRODUÇÃO: A microbiota vaginal (MV) tem importante papel na saúde feminina, tendo como principal função a proteção da vagina contra patógenos, através da manutenção de um pH ácido. Ela tem como particularidade ser diretamente influenciada por hormônios, apresentar grande quantidade de glicogênio (que a nutre) e habitualmente, ser colonizada por espécies de *Lactobacillus*. Assim, quando essa se encontra alterada há disbiose, com proliferação de bactérias anaeróbias estritas, podendo gerar vaginose bacteriana (VB). Nesse quadro, as chances de se contrair uma infecção sexualmente transmissível (IST), como o vírus da imunodeficiência humana (HIV), aumentam, pois a defesa natural da vagina está enfraquecida. Quando a MV é saudável há redução de susceptibilidade à várias doenças o que torna esse tema importante para a Ginecologia e foi o motivo de sua escolha para o presente estudo. **MÉTODOS:** Revisão de literatura, nas bases de dados PubMed e Google Acadêmico, através dos descritores “Disbiose”, “HIV”, “Microbiota”, “Microbioma”, “Muco do Colo Uterino” e “Vaginose Bacteriana”, de artigos a partir de 2017, nos idiomas inglês e português. **DESENVOLVIMENTO:** Por volta de 2016 houve aumento dos casos de HIV na África Subsaariana, com a incidência significativamente maior em mulheres, o que incitou estudos para identificar a causa. Constatou-se uma alteração de MV, caracterizado por pouca prevalência de *Lactobacillus*, pH mais alcalino e altas taxas de VB. Os *Lactobacillus* - além de competirem pelo habitat com o vírus- produzem ácido lático, um potente antimicrobiano que pode inativar o HIV. Em contrapartida a disbiose pode suprimir essa resposta antiviral. A VB está associada à uma maior disseminação e mobilidade do vírus em líquidos cervicais por alterações do muco local, favorecimento da inflamação e promoção da produção de ácidos graxos de cadeia curta, como o ácido acético, que melhora a integração do HIV com os linfócitos T CD4+. Todos esses determinantes favorecem a infecção. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a manutenção de uma MV saudável é fundamental para a prevenção de ISTs, tais como o HIV, enquanto a disbiose as favorecem. Logo, caso a paciente apresente VB deve ser corretamente tratada para minimizar seus efeitos deletérios no organismo feminino, sendo importante que os profissionais de Ginecologia tenham conhecimento do assunto para proceder com a terapêutica adequada.

PALAVRAS-CHAVE: “Disbiose”, “HIV”, “Microbiota”, “Microbioma”, “Muco Do Colo Uterino” e “Vaginose Bacteriana”.

MORTALIDADE POR CÂNCER DE COLO UTERINO GESTACIONAL EM MULHERES BRASILEIRAS: ABORDAGEM EPIDEMIOLÓGICA

Liliane Emilly dos Santos Sousa ¹
Jacqueline Andréia Bernardes Leão-Cordeiro ²
Antonio Márcio Teodoro Cordeiro Silva ³

¹ Discente do curso de graduação em Biomedicina, Universidade Paulista (UNIP), Instituto de Ciências da Saúde (ICS), Goiânia-GO.

² Docente do curso de graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Goiás (UFG), Faculdade de Enfermagem e Nutrição (FEN), Goiânia-GO.

³ Docente do curso de graduação em Medicina, Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), Escola de Ciências Médicas, Farmacêuticas e Biomédicas (EMFB), Goiânia-GO.

INTRODUÇÃO: O câncer de colo do útero (CCU) é a segunda maior causa de morte, por neoplasias malignas ginecológicas. Dentre os fatores de risco para o desenvolvimento do CCU, a infecção pelo Papilomavírus Humano (HPV) constitui o principal fator de risco para o seu desenvolvimento. Estima-se que 3% dos casos de câncer do colo do útero são diagnosticados durante a gravidez, com a frequência de um caso a cada 1.000 a 5.000 gestações. O objetivo deste estudo foi caracterizar o perfil epidemiológico de mortalidade por câncer de colo uterino gestacional em mulheres, no Brasil.

MATERIAIS E MÉTODOS: Trata-se de estudo epidemiológico descritivo e observacional. Foram extraídos dados secundários, de acesso público, provenientes do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), por meio do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), acerca do número de óbitos, por neoplasia maligna do colo do útero, em mulheres, em idade fértil (de 10 anos até 49 anos), durante a gravidez, parto, aborto ou puerpério (até 1 ano), no Brasil, entre os anos de 2014 a 2018. **RESULTADOS:** Foram registrados 46 óbitos por CCU, em mulheres, em situação de gravidez, parto, aborto ou puerpério. Nos anos de 2014 e 2018, foi contabilizado o maior número de óbitos, correspondendo a 21,7% (n=10), para cada ano, e, em 2017, o valor apresentado foi de 17,4% (n=8) dos casos. Com base no número de mortes por faixa etária, 45,7% (n=21) ocorreram em mulheres de 30 a 39 anos de idade e 23,9% (n=11), entre 20 e 29 anos. **DISCUSSÃO:** Foram observadas oscilações na ocorrência de óbitos, com respectivos aumentos em 2014 e 2018, e diminuições entre 2015 e 2017. Além disso, mulheres entre 30 e 39 anos, situaram-se na faixa etária de maior risco de mortalidade. Adicionalmente, o perfil hormonal da grávida pode favorecer a exposição das células uterinas à infecção pelo HPV e ao pH vaginal, promovendo a ocorrência de metaplasia do epitélio colunar, com consequente evolução para a transformação neoplásica. **CONCLUSÃO:** O câncer de colo uterino constitui importante problema de saúde pública, no Brasil, com significativa mortalidade. Apesar de baixa ocorrência na gravidez e possibilidade de rastreamento e diagnóstico precoce, por meio dos exames citopatológicos cervicais, torna-se necessário o fortalecimento das políticas públicas de promoção e atenção à saúde da mulher durante o pré-natal e o período gravídico-puerperal, como forma de reduzir os índices de mortalidade por CCU, no cenário nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Epidemiologia; Gravidez, Mortalidade, Neoplasias Uterinas

MORTALIDADE POR ECLÂMPSIA DE ACORDO COM DADOS DO DATASUS

Talita Costa Barbosa¹
Lindemberg Barbosa Júnior²
Larissa Toloy Bigaran¹
Letícia Marin Mendes¹
Luís Felipe Toloy Bigaran¹
Tharinne Oliveira Silva Cavalheiro³

¹ Discente do curso de Medicina da Universidade Brasil, Fernandópolis, SP

² Discente do curso de Medicina da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, MS

³ Docente do Curso de Medicina da Universidade Brasil, Fernandópolis-SP

INTRODUÇÃO: As síndromes hipertensivas na gestação merecem especial atenção no cenário de saúde pública. Atualmente representa a terceira causa de mortalidade materna no mundo e a primeira no Brasil. A doença hipertensiva específica da gravidez ou pré eclampsia é a entidade mais importante daquelas que se manifestam ou se agravam durante a evolução do ciclo grávido puerperal. Associam-se a estas altos índices de morbiletalidade materna e fetal. Está é uma doença exclusiva da segunda metade da gravidez, principalmente após 24 semanas, sua ocorrência é rara antes de 20 semanas. **OBJETIVO:** Realizar uma revisão bibliográfica para explicar acerca da prevalência de mortalidade materna por eclampsia nas diversas regiões do Brasil, de acordo com os dados do DATASUS (Departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil), para o entendimento dessa patologia. **MATERIAL E MÉTODO:** O estudo realizado foi uma pesquisa bibliográfica, sistemática, exploratória, descritiva e quantitativa. Os recursos utilizados foram literaturas pesquisadas em bases de dados do Pubmed, BVSsalud, Scielo. Além disso, utilizou-se os dados estatísticos, do banco de dados do DATASUS, do período de 2014 a 2018. **DESENVOLVIMENTO:** As complicações dependem de uma série de variáveis diretamente ligadas ao binômio materno-fetal, bem como da qualidade assistencial, seja nos centros primários, secundários ou terciários, nos quais se dispõe de terapia intensiva. De acordo com os dados do DATASUS, nos anos de 2014 a 2017, os maiores índices de mortalidade materna relacionado com eclampsia se deram na região Nordeste, seguidos pela região Sudeste. No ano de 2018, as mortalidades tiveram maiores índices na região Sudeste, seguidos da região Nordeste. **CONCLUSÃO:** A eclampsia ainda é uma das causas de mortalidade no cenário da gestação. Diante disso, é fundamental aperfeiçoar as medidas de prevenção da pré-eclampsia e da eclampsia pela rede de atenção à saúde, dirigindo-se aos grupos mais vulneráveis da população.

PALAVRAS- CHAVE: Mortalidade materna, eclâmpsia, epidemiologia

O PAPEL DA INTERLEUCINA 10 NA INFECÇÃO PELO PAPILOMAVÍRUS HUMANO DE ALTO RISCO ASSOCIADO A CARCINOGENESE CERVICAL

¹Laíza Alves da Silva. Estudante de Biomedicina
¹Maryane Alves Gomes. Estudante de Biomedicina.
²Larisse Silva Dalla Libera.

¹Faculdade Evangélica de Ceres, Ceres-GO, Brasil.

²Mestre em Ciências da Saúde com ênfase em Patologia Clínica e Doenças Humanas pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde da Universidade Federal de Goiás. Docente da Faculdade Evangélica de Ceres. Goiânia-GO, Brasil.

INTRODUÇÃO: A história natural do câncer cervical já é bem documentada e está associada a presença persistente da infecção pelo Papilomavírus humano (HPV) de alto risco. Vários fatores imunológicos, estão envolvidos nesse processo, entre eles, a IL-10 uma citocina multifuncional que está relacionada com a melhora da proliferação e expressão de moléculas de superfície imunologicamente importantes para o HPV. Considerando a associação entre IL-10 e HPV, o objetivo foi descrever o papel da IL-10 na infecção pelo HPV de alto risco correlacionando com a carcinogênese cervical.

MÉTODOS: Trata-se de uma revisão da literatura, onde a busca e coleta dos dados foi realizada por meio das pesquisas analisadas a partir de publicações indexadas na base MEDLINE, consultadas por meio do PUBMED; Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Periódicos Capes e *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO), e buscadores como Google acadêmico. Para os critérios de inclusão foram levados em consideração artigos completos, que investigaram a atuação da IL-10 em carcinomas do colo do útero e que foram testados para a presença do DNA do HPV de alto risco. Os critérios de exclusão foram a não utilização de trabalhos incompletos, que não respondessem ao problema da pesquisa, estudos que investigaram apenas lesões intraepiteliais benignas, estudos com animais e realizados *in vitro*. **DESENVOLVIMENTO:** Sendo considerado o quarto tumor que conduz mulheres ao óbito no mundo, onde quase metade dos casos é diagnosticado em mulheres com menos de 50 anos e mais de dois terços são diagnosticados em países menos desenvolvidos, a história natural do câncer cervical já é bem documentada e está associada a presença persistente da infecção pelo Papilomavírus humano de alto risco. Dos tipos de HPV de alto risco, o HPV16 é o mais frequentemente detectado em nível populacional e é de longe o tipo predominante que causa câncer cervical invasivo em todo o mundo (~ 60%), seguido pelo HPV18 (~ 15%). A primeira linha de defesa da imunidade inata contra o HPV são as camadas superficiais do epitélio escamoso, pois o vírus só consegue penetrar e iniciar a infecção através de microlesões presente na pele. Uma vez rompida está linha de defesa epitelial, as primeiras células a serem infectadas pelo HPV são os queratinócitos (KC) presentes nas camadas basais. Após a entrada do HPV nas células alvo e a proliferação viral, ocorre uma resposta imune integrada para eliminar a infecção. Embora, a maioria dos casos de infecção por HPV regridam ocasionalmente, o vírus não é eliminado, pois nos casos que se desenvolvem cânceres a infecção irá persistir por vários anos oferecendo ampla oportunidade para a expressão contínua de oncogenes virais para facilitar o acúmulo de mutações celulares secundárias. Nos estágios iniciais de uma infecção pelo HPV, a resposta imune inata envolvendo macrófagos, células dendríticas (DC), células de Langerhans (CL) e células *natural killer* (NK) são a segunda linha de defesa contra a infecção pelo HPV. Esse tipo de resposta atua de maneira não específica e é importante para eliminar o vírus. Como terceira linha de defesa, a imunidade adaptativa parece eliminar as células infectadas e impedir a reinfecção, produzindo uma forte resposta específica com linfócitos T citotóxicos (CD8⁺) visando proteínas do HPV como E2 e E6. Mesmo com vários mecanismos de defesa imunológica, o HPV é capaz de evitar a resposta imune. Primeiro porque a resposta imune ao HPV é geralmente de baixo nível já que nos estágios iniciais a localização do vírus é dentro das células epiteliais basais e também porque a expressão das proteínas do HPV tende a ser limitada durante a fase inicial de infecção. Sendo assim, diferentes mecanismos de escape induzidos pelo HPV, podem promover um estado de tolerância imunológica, permitindo a persistência da infecção pelo HPV. A interleucina 10 (IL-10) é uma citocina multifuncional que atua como modulador da resposta imune, sendo um agente anti-inflamatório na infecção pelo HPV associada à produção de oncoproteínas virais E6 e E7. A IL-10, por sua vez, tem como principais fontes as células T, macrófagos e células B. Onde, uma ampla gama

de populações de células produz IL-10, incluindo células reguladoras, células dendríticas, macrófagos, células B e células T CD8⁺ citotóxicas. A IL-10 está implicada na imunidade, inflamação e organização celular, sendo proposta como importante na biologia do câncer. A dupla função biológica da IL-10 como anti-inflamatória (potencialmente promotora de câncer) e antiangiogênica (potencialmente inibidora de câncer) transparece elementos conflitantes no câncer cervical. Após a infecção pelo HPV, as proteínas do HPV parecem influenciar a expressão da IL-10, enquanto a IL-10 induz a expressão de algumas proteínas do HPV, levando a um estado amplificado de imunossupressão, permitindo o desenvolvimento de lesões intraepiteliais (SIL) e eventualmente, a progressão para o câncer cervical. A proteína E2 do HPV tem a capacidade de trans ativar a expressão do gene da IL-10 e também de regular a transcrição e replicação do genoma do HPV. Além dos efeitos do gene E2 do HPV, os genes E6 e E7 do vírus também podem ter um impacto direto nos níveis de IL-10, onde, as proteínas E6 e E7 do HPV induzem a ativação do fator de crescimento transformador beta 1 (TGF- β 1) através da sequência de reconhecimento do fator de transcrição da proteína 1 (Sp1), elas podem induzir a expressão de IL-10. Assim, isso parece fazer parte do mecanismo molecular pelo qual o HPV influencia o aumento da expressão do gene IL-10 e vice-versa, isso pode acontecer se a gravidade de SIL for aumentando, representando um ciclo vicioso, facilitando o câncer cervical. **CONCLUSÃO:** Vários fatores imunológicos, estão envolvidos nesse processo, entre eles, a IL-10 uma citocina multifuncional que está relacionada com a melhora da proliferação e expressão de moléculas de superfície imunologicamente importantes para o HPV. Há indícios na literatura de que níveis mais altos de IL-10 estão presentes em microambientes tumorais com crescimento celular induzido pelo HPV e que contenham células com atividade de replicação viral e ou transformação maligna pelo vírus, sendo assim, a expressão da IL-10 é diretamente proporcional ao desenvolvimento de câncer cervical positivo para HPV, sugerindo uma relação entre IL-10, HPV e o estágio da doença do câncer cervical.

PALAVRAS CHAVES: Papilomavírus humano. Interleucina 10. Carcinogênese

OBSTETRÍCIA E A PANDEMIA PELO NOVO CORONAVÍRUS: CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA

Natalha Cabral do Nascimento¹

Rillary Islane Alves Pereira²

Eliza Vitória Nascimento Figueredo³

Amuzza Aylla Pereira dos Santos⁴

¹Universidade Federal de Alagoas. natalha.14@gmail.com.

²Universidade Federal de Alagoas. rillary_pereira02@hotmail.com.

³Universidade Federal de Alagoas. elizavnf@gmail.com.

⁴Universidade Federal de Alagoas. amuzza.santos@gmail.com.

INTRODUÇÃO: O Novo Coronavírus (SARS-CoV-2) é responsável pela Síndrome Respiratória Aguda Grave (COVID-19) e em 2020 a Organização Mundial de Saúde decretou emergência de saúde pública de importância internacional. Os portadores do SARS-CoV-2 podem ser assintomáticos ou apresentar sintomas leves a moderados, mas parte da população, normalmente enquadrada em grupo de risco, desenvolve a COVID-19 e evolui para as formas mais graves podendo chegar a óbito. Nesse contexto, sabe-se que as gestantes, consideradas grupo de risco, quando infectadas são suscetíveis à forma mais grave da doença, principalmente quando apresentam comorbidades prévias. Nesse sentido, este estudo sintetiza as principais informações sobre a assistência à gestante no enfrentamento do novo Coronavírus. **MÉTODOS:** Revisão de literatura de artigos obtidos na interface SciELO, publicados em Português entre Março e Julho de 2020, com os descritores: Gravidez e COVID-19 usando o operador booleano “AND”. Foram encontrados e utilizados 05 artigos para análise e síntese. **DESENVOLVIMENTO:** Apesar de poucos estudos, a contaminação da gestante pelo novo coronavírus tem impactado na saúde da mulher, ocasionando o aumento de mortes maternas. As gestantes se tornam suscetíveis às complicações respiratórias e sistêmicas por infecções virais, devido às alterações fisiológicas e imunológicas normais ao período gestacional. Quando diagnosticada, a gestante com SARS-CoV-2 deve atentar-se ao isolamento e ser acompanhada para que, em caso de piora, sejam realizados procedimentos emergenciais no controle de infecções/inflamações. A responsabilidade à saúde da gestante e do feto, ressalta a importância do monitoramento pela equipe multidisciplinar quanto ao acompanhamento do pré-natal e orientações referentes ao reconhecimento dos sinais e sintomas da doença e seguimento oportuno para que o desfecho seja positivo para o binômio. **Conclusão:** Através da leitura dos artigos evidencia-se que a gestante deve ser acompanhada pela equipe multidisciplinar regularmente, tendo em vista a vulnerabilidade biopsicossocial aumentada durante o isolamento. Ainda não se tem respostas conclusivas sobre Gestantes com COVID-19 no que se refere à manifestação da doença e complicações futuras após recuperação. Portanto, é fundamental que a equipe multidisciplinar mantenha-se atualizada acerca da temática para um atendimento integral.

PALAVRAS-CHAVE: Infecções por Coronavirus; Obstetrícia; Equipe Multidisciplinar

OS DESAFIOS DO ALEITAMENTO MATERNO APÓS UM PARTO PRÉ-TERMO

Paula Helen Santos Bispo¹

Brenda Lima Santos¹

Glaciene Ferreira Lima¹

Nayara Rodrigues Lopes Ferreira²

Jefferson Felipe Calazans Batista³

¹ Discente em Enfermagem, UNIT/SE).

² Discente em Enfermagem, UNIT/AL).

³ Enfermeiro, Mestrando em Saúde e Ambiente, UNIT/SE.

INTRODUÇÃO: O aleitamento materno em lactentes pré-termo é um dos maiores desafios para os profissionais da saúde e principalmente para as mães. As dificuldades que as genitoras enfrentam neste período são fatores que colaboram para o desmame precoce. Apesar do leite materno ser indicado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) até os 6 meses de idade como alimento exclusivo, estudos realizados em uma Maternidade no Rio de Janeiro mostram que apenas 5,5% das crianças prematuras fazem uso exclusivo do aleitamento materno. Para o aleitamento adequado de lactentes pré-termos, as genitoras enfrentam diversas dificuldades, sendo assim, este estudo como objetivo destacar os principais desafios das mães neste processo. **MÉTODOS:** Trata-se de uma revisão de literatura com abordagem qualitativa. Para realização do estudo, foram consultados os seguintes bases de dados: *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO) e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Para prospecção do estudo foram utilizados os descritores de forma combinada por meio do operador booleano AND, sendo eles: “Aleitamento Materno”, “Recém-Nascido Prematuro”, “Trabalho de Parto Prematuro” e “Comportamento Materno”. Os critérios de inclusão foram: artigos disponíveis na íntegra, publicados em português e inglês, já os critérios de exclusão foram: publicações duplicadas nas bases de dados. Foram selecionados 11 artigos publicados nos últimos 10 anos. **DESENVOLVIMENTO:** Após uma análise dos estudos, dentre os desafios que mais ocorrem entre as mães de prematuros, é possível destacar os desafios fisiológicos/anatômicos como: condições de saúde da mãe, falta de leite, dor na ordenha e trauma mamilar. Os desafios socioeconômicos, como: ausência de uma rede de apoio, instabilidade familiar, baixa classe econômica e escolar. E por fim, os desafios psicológicos como: medo, insegurança para amamentar e o estresse materno provocado pela incerteza em relação à sobrevivência do bebê. **CONCLUSÃO:** Uma vez que as dificuldades apresentadas pelas mães na amamentação do filho prematuro são frequentes, vale destacar a necessidade da presença de uma rede de apoio envolvendo a família e profissionais preparados, os quais ajudem as genitoras na introdução, manutenção e sucesso do aleitamento materno.

PALAVRAS-CHAVES: Aleitamento Materno. Recém-Nascido Prematuro. Trabalho de Parto Prematuro. Comportamento Materno

PARTO HUMANIZADO, UMA NOVA PERSPECTIVA OBSTÉTRICA

Maria Cristina Araújo Estrela¹
Rebeca Miguel de Oliveira¹
Matheus Rodrigues de Araújo Estrela¹
Anna Clara Martins de Souza¹
Giovanna Azevedo Rodrigues¹
Cynthia Rodrigues de Araújo Estrela²

¹ Discente do curso de Medicina do Centro Universitário de Anápolis - GO

² Doutora em Biologia Celular e Molecular ICB/UFG; Mestre em Microbiologia IPTSP/UFG; Especialista em Epidemiologia IPTSP/UFG, Docente do curso de Odontologia do Centro Universitário de Anápolis – GO

INTRODUÇÃO: A humanização da assistência à parturiente expressa uma mudança de visão na compreensão do parto. Historicamente, o parto tutelado pela igreja, era visto como um sofrimento designado por Deus como culpa pelo pecado original, porém essa visão tem se tornado ultrapassada, e hoje, o auxílio à gestante é visto como uma assistência a ser humano, que sofre, ou seja, enxergar o sofrimento da outra. A mulher agora passa a ser descrita não mais como culpada, porém é vista como vítima da sua própria natureza sendo delegado à obstetrícia o papel de combater os sofrimentos da parturiente. Portanto, a humanização da assistência ao parto, perpassa a compreensão das mudanças históricas e culturais do parto, como uma experiência humana, uma transformação diante do sofrimento do outro, nesse sentido, a revisão de literatura tem como objetivo analisar a nova perspectiva obstétrica proporcionada pelo parto humanizado. **MÉTODOS:** Trata-se de uma revisão, em que se aplicou os termos de pesquisa: “Parto Humanizado”, “Benefícios”, conceito, “Humanized Birth”, combinados pelo operador booleano “AND”, nas bases de dados PubMed e Scholar Google. Foram analisados 159 resumos, com os critérios de inclusão: idioma, abordagem temática e artigos publicados no período de 2016 a 2020, sendo, por fim, selecionados 15 artigos. **DESENVOLVIMENTO:** O parto humanizado trabalha desde a abordagem inicial da paciente, com o acolhimento da equipe multiprofissional e familiares, até a ajuda na tomada de decisão sobre o parto e posições a serem adotadas por parte da parturiente. As gestantes muitas vezes, por falta de comunicação da equipe responsável acaba por ficar em posições desconfortáveis, sem acompanhantes, além de serem restritas ao leito, essas entre outras sujeições acabam gerando desconforto e tornando o trabalho de parto um momento de aflição às mulheres, as quais já se encontram expostas aos profissionais de saúde. O desconhecimento acerca da humanização e os direitos gestacionais, naturaliza comportamentos autoritários sobre a paciente, além de possibilitar a perpetuação da violência obstétrica. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que o parto humanizado traz muitas vantagens, uma delas na relação ente mãe e concepto. Contudo, existe infortúnios, principalmente na educação em saúde, a exemplo da falta da informação da gestante a respeito desse método e a falta de instrução dos profissionais de saúde, o que leva a humanização no parto ter muitas desvantagens e não o devido reconhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Parto humanizado, obstetrícia, parto

PERFIL CLÍNICO-EPIDEMIOLÓGICO DE SÍFILIS EM GESTANTES NO BRASIL: ANÁLISE DE 5 ANOS

Daniel Oliveira da Costa¹
Davi Gabriel Barbosa¹
Luiz Fernando Leite da Silva Neto¹
Gabriel de Sá Sastre¹
Rodrigo Alex de Souza Galdino¹
Manuela Furtado Veloso de Oliveira¹.

¹ Universidade do Estado do Pará

INTRODUÇÃO: A sífilis é causada pela bactéria *Treponema pallidum* e pode ser transmitida através de relações sexuais, transfusão sanguínea e por via vertical. Segundo a Organização Mundial da Saúde, estima-se que, no mundo, ocorram anualmente cerca de 1,5 a 1,85 milhões de novos casos de sífilis gestacional, caracterizando-a como um grave problema de Saúde Pública. **OBJETIVO:** Traçar o perfil clínico-epidemiológico dos casos de Sífilis Gestacional no Brasil no período de 2015 a 2019. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo ecológico, no qual utilizou-se dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde referentes aos casos de Sífilis Gestacional no Brasil no período de 2015 a 2019. Avaliou-se as regiões da federação, faixa etária, sexo, cor/raça, idade gestacional e a classificação clínica dos casos. **RESULTADOS:** Foram notificados 209.231 casos de Sífilis Gestacional. Em relação às regiões, a que mais se destacou foi o Sudeste (46,06%), seguido do Nordeste (20,13%), Sul (16,14%), Norte (9,75%) e Centro-Oeste (7,88%). Acerca da faixa etária, 26,75% das gestantes possuía entre 10 e 19 anos; 53,06% possuía entre 20 e 29 anos; 18,2% entre 30 e 39 anos; e 1,96% possuía 40 anos ou mais. Além disso, 49% das mulheres eram pardas; 29,85% eram brancas e 12,29% eram pretas. Quanto à idade gestacional, 37,72% foram diagnosticadas no 1º trimestre; 27,24% no 2º trimestre e 29% no 3º trimestre. Outrossim, 27,96% dos casos foram classificados como Sífilis Primária; 5,33% como Secundária; 10,2% como Terciária e 30,75% como Latente. **DISCUSSÃO:** De acordo com os resultados, as regiões mais afetadas pela doença foram o Sudeste e o Nordeste, os quais, segundo a literatura, apresentaram uma baixa no tratamento com penicilina em mais de 50% dos seus municípios, o que contribui para a transmissão da doença. Ademais, conforme descrito em outros estudos, as mulheres com 20 a 29 anos de idade e autodeclaradas pardas foram as mais acometidas. Por fim, observa-se que a maioria dos casos foram identificados no 1º trimestre gestacional e na fase latente da doença, evidenciando, assim, a importância de haver um acompanhamento das gestantes e parceiros sexuais durante o pré-natal de qualidade. **CONCLUSÃO:** Sendo assim, é primordial que haja o direcionamento de políticas públicas que elucidem a promoção de saúde por meio do rastreamento precoce da doença, além do desenvolvimento de ações educativas que visem a sensibilização da população quanto à adoção das medidas preventivas.

PALAVRAS-CHAVE: Epidemiologia; Sífilis; Gestantes.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE INTERNAÇÕES POR ENDOMETRIOSE NO BRASIL: ANÁLISE EM 4 ANOS

Luiz Fernando Leite da Silva Neto¹

Daniel Oliveira da Costa²

Davi Gabriel Barbosa²

Manuela Furtado Veloso de Oliveira².

¹ Universidade do Estado do Pará.

INTRODUÇÃO: A endometriose é uma doença causada pela migração anômala das células do endométrio para regiões incomuns, como a cavidade abdominal e os ovários, sendo marcada pela multiplicação celular e pela inflamação que, dependendo da intensidade, pode resultar em internações hospitalares e em infertilidade. **OBJETIVO:** Traçar o perfil epidemiológico de internações por endometriose entre 2016 e junho de 2020 no Brasil. **MATERIAIS E MÉTODOS:** O estudo possui caráter ecológico e descritivo. Os dados foram obtidos pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde sobre as internações por endometriose entre 2016 e junho de 2020 no país. A partir disso, verificou-se: ano da internação, região, Unidade da Federação, faixa etária e cor/raça. **RESULTADOS:** Foram internadas 50.955 pacientes por endometriose. Os anos que se destacaram foram: 2018 (24,3%), 2019 (23,5%) e 2017 (21,8%). Quanto às regiões do Brasil, o Sudeste obteve 42,9% dos registros, seguido do Nordeste com 26% e do Sul com 18,5%. Ademais, os estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Ceará se sobressaíram, possuindo 49,7% de todos os casos do país. Em relação à faixa etária, 21,3% eram de 40 a 44 anos, 20,3% de 45 a 49 anos e 15,5% de 35 a 39 anos. Por fim, analisando a cor/raça, 48% eram mulheres brancas e 44% eram pardas. **DISCUSSÃO:** A partir dos resultados, tem-se que o ano de 2018 foi o que mais obteve internações por endometriose, convergindo intimamente com a marca numérica atingida de 7 milhões de casos no país, sendo a maior quantidade entre o período analisado. Ademais, a região Sudeste e o estado de São Paulo possuíram destaque, sendo decorrente de uma população absoluta alta, demandando, assim, de mais suporte hospitalar para as situações graves. Por fim, verificou-se a prevalência de acometimentos em mulheres brancas de 40 a 44 anos que, em estudos científicos, afirmam a possibilidade de haver um agravamento dos casos quanto maior for a faixa etária, podendo gerar quadros de infertilidade em indivíduos ainda férteis. **CONCLUSÃO:** Portanto, tem-se que as internações por endometriose são mais prevalentes em mulheres com idade mais avançada, sendo férteis ou não. Logo, é imprescindível a realização de campanhas, como a Endomarcha, com caráter conscientizador, a fim de se obter diagnóstico e tratamento precoces, visando diminuir a incidência de casos graves e, conseqüentemente, reduzir o número de internações hospitalares e de prognósticos com infertilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Perfil epidemiológico; Endometriose; Internação; Infertilidade

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE SÍFILIS GESTACIONAL

Ana Christina De Sousa Baldoino¹

Izabela Sousa Martins²

Luan Wesley Marques Máximo²

Emanuel Thomaz De Aquino Oliveira³

Marijany Da Silva Reis³

Filipe Melo Da Silva³

¹ Universidade Estadual do Piauí – UESPI (christinabaldoino@hotmail.com)

² Universidade Estadual do Piauí – UESPI

³ Universidade Federal do Piauí – UFPI

INTRODUÇÃO: A sífilis é uma doença infectocontagiosa causada pelo agente *Treponema pallidum*, que pode ocorrer por via sexual e vertical. Ao acometer gestantes passa a ser conhecida como sífilis gestacional, e pode ocasionar efeitos prejudiciais para à gestante e ao feto, caso não diagnosticada e tratada de forma precoce. Esta pesquisa tem como objetivo descrever o perfil epidemiológico dos casos notificados de sífilis gestacional no município de Teresina-PI. **MÉTODOS:** Trata-se de um estudo epidemiológico, com abordagem quantitativa e descritiva, realizado a partir dos casos notificados de sífilis gestacional no município de Teresina-PI, no período compreendido entre 2014 a 2018. O levantamento dos dados ocorreu por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Investigou-se as seguintes variáveis: ano de notificação, idade gestacional, faixa etária, escolaridade, cor/raça e esquema de tratamento. Os dados obtidos foram inseridos e analisaram no software Microsoft Excel 2016, e descritos através de frequências absolutas e relativas. Por se tratar de um estudo de dados secundários, não foi necessário submetê-lo ao Comitê de Ética em Pesquisa. **RESULTADOS:** Foram notificados 892 casos de sífilis gestacional, destes, só em 2018, notificou-se 346 (38,8%) casos. Sobre o período gestacional, a maioria dos casos (45,9%) foram notificados no 3º trimestre. A faixa-etária mais acometida foi de mulheres com idade de 20 a 39 anos com 50,4% dos casos. Quanto a escolaridade, raça/cor dessas mulheres, 217 (24,3%) só cursaram da 5ª à 8ª série do ensino fundamental, e 625 (70,1%) eram pardas. Com relação ao esquema de tratamento, em 91,3% dos casos utilizou-se a penicilina. **DISCUSSÃO:** A sífilis gestacional detectada no terceiro trimestre de gravidez é reflexo do início tardio do pré-natal, assim como da assistência de baixa qualidade ofertada às gestantes, com isso se evidencia a necessidade de ampliar e aperfeiçoar as ações de detecção precoce dessa comorbidade. **CONCLUSÕES:** Os resultados salientam que o número de casos de sífilis gestacional tem aumentado nos últimos anos em Teresina. A maioria dos casos acometeu adultas, pardas, de baixa escolaridade no 3º trimestre da gestação. Dessa forma, é evidente que existem falhas na assistência ao pré-natal, e isso reforça a necessidade que os profissionais da saúde, e gestores se comprometam seriamente com a qualidade da saúde, sobretudo na elaboração de estratégias direcionadas à prevenção e controle da sífilis.

PALAVRAS-CHAVE: Gestantes. Sífilis. Vigilância Epidemiológica

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE SÍFILIS EM GESTANTES NO NORDESTE BRASILEIRO ENTRE 2010 E 2019

Joyce Kelly Da Silva¹
Suian Sávia Nunes Santos¹
Sarah Cardoso de Albuquerque¹
Vanessa Mirtiany Freire dos Santos¹
Ana Caroline Melo dos Santos¹

¹ Faculdade UNIRB Arapiraca, Curso de Enfermagem, Arapiraca, AL, Brasil.

INTRODUÇÃO: A sífilis é uma infecção bacteriana sistêmica, de evolução crônica, causada pelo *Treponema pallidum*, que quando é na gestação pode ser bastante prejudicial. Por isso, requer intervenção rápida para reduzir a probabilidade da transmissão vertical, assim é importante compreender o perfil relacionado. **OBJETIVO:** Identificar o perfil epidemiológico de gestantes com sífilis entre os anos de 2010 a 2019 no Nordeste. **MÉTODO:** Trata-se de estudo epidemiológico descritivo quantitativo, realizado em agosto de 2020, por meio de dados secundários, extraídos do DATASUS, através do SINAN, Ministério da Saúde. Os dados estavam relacionados ao número de casos, idade gestacional, tratamento e classificação clínica. Adicionalmente, as informações foram caracterizadas por escolaridade, cor/raça e faixa etária. **RESULTADOS:** Os casos de gestantes com sífilis na região nordeste no período de 2010 a 2019 apresentou o total de 60.659 casos registrados, o ano de 2018 teve o total de 14.705 registros. Em 2019 houve uma queda na notificação de sífilis em gestantes total de 5.657 registros. Foi observado que 13.489 gestantes tinham a escolaridade do 5^o a 8^o série incompleta. A faixa etária das gestantes mais acometidas por sífilis foi de 20 a 29 anos com total de 31.223 notificações. A cor/raça que apresentou elevada notificação foi a cor/raça parda com 40.590 registros, em segundo lugar a cor/raça preta teve 7.618 casos no período analisado. A idade gestacional que apresentou maior notificação de sífilis em gestantes foi no terceiro trimestre com 22.813 casos. Em segundo lugar, foi registrado 19.745 no segundo trimestre. No ano de 2015 a 2018, o tratamento/esquema mais utilizado foi a de penicilina. A classificação clínica que apresentou maiores notificações foi a sífilis primária com total de 19.681 casos. **DISCUSSÃO:** Os casos de sífilis em gestantes na região nordeste apresentaram aumento gradativo de notificações nos últimos anos, o que pode ser caracterizado como falha nas medidas de promoção e prevenção bem como déficit no nível de conhecimento desta população. Mulheres com idade 20 a 29 anos, cor/raça parda e no terceiro trimestre de gravidez, além de ter 5^o e 8^o série incompleta são as mais acometidas por sífilis no Nordeste Brasileiro. **CONCLUSÕES:** A partir dos parâmetros analisados, infere-se que é fundamental realizar ações de vigilância epidemiológica e notificação adequada, ademais, reverter os fatores predisponentes para infecção por sífilis em gestantes.

PALAVRAS-CHAVES: Sífilis, Gestantes, Epidemiologia

POMPOARISMO E SEUS BENEFÍCIOS NA SEXUALIDADE FEMININA: REVISÃO DE LITERATURA

Isabela De Oliveira Soares¹
Maria Clara Ribeiro Figueiredo²
Richard Amuy Lima Rodrigues³
Joliane Oliveira De Figueiredo⁴
Tânia Pacheco Dos Santos⁵
Vanessa Resende Souza Silva⁶

¹Acadêmica de Medicina do Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES, Mineiros-GO. Email: isabbelasoares@hotmail.com

²Acadêmica de Medicina do Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES, Mineiros-GO. Email: mariaclaralegal10@hotmail.com

³Acadêmico de Medicina do Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES, Mineiros-GO. Email: amuy.richard@hotmail.com

⁴Acadêmica de Medicina do Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES, Mineiros-GO. Email: joliane.figueiredo@gmail.com

⁵Acadêmica de Medicina do Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES, Mineiros-GO. Email: taniapachecopds@gmail.com

⁶Biomédica – Docente do Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES, Mineiros-GO. Email: vanessa.resende@unifimes.edu.br

INTRODUÇÃO: Compreender a finalidade da técnica de pompoarismo e suas vantagens na melhora da vida sexual da mulher. **MÉTODOS:** Foi realizada uma revisão bibliográfica por meio da base de dados do Scielo e Google acadêmico. Os trabalhos foram selecionados conforme os seguintes critérios de inclusão: a) estar nas bases de dados consultada; b) nacionais e internacionais; c) escritos em português e inglês; d) estudos relacionados com pompoarismo, ginástica pélvica e sexualidade feminina. Através, dessa seleção foram lidos cerca de 16 artigos científicos. **DESENVOLVIMENTO:** O pompoarismo é uma prática baseada na contração do músculo do assoalho pélvico (MAP), em que há diversos exercícios associados com uma respiração eficaz. Além disso, é notório a importância de posicionar-se com uma postura ereta e realizar essa prática de fortalecimento da MAP frequentemente, preferencialmente todos os dias. Outrossim, o pompoarismo possui variados benefícios para a saúde da mulher pois, auxilia em disfunções como a incontinência urinária e principalmente na vida sexual feminina, de modo que potencializa os orgasmos. Nesse sentido, a prática de pompoarismo é muito importante e vista como necessária para as mulheres que não conseguem atingir o ápice do prazer e apresentam-se com baixa auto-estima. Todavia, essa maior facilidade de ter prazer é decorrente das contrações contínuas da MAP feitas pelas mulheres, visto que esse exercício possui a capacidade de hipertrofiar esses músculos de maneira que o canal vaginal torna-se menor, gerando um maior atrito com o pênis ou objeto introduzido, o que proporciona um maior estímulo das terminações nervosas da genitália feminina. Ademais, outra vantagem da técnica de pompoar é a elevação do aporte sanguíneo na região íntima que irá ocasionar o aumento da sensibilidade, de modo a ofertar um maior prazer na hora do sexo. **CONCLUSÃO:** Isto posto, o pompoarismo é muito benéfico para a melhora da sexualidade feminina, já que propicia experiências orgásticas mais potentes, além de ajudar muitas mulheres que possuem dificuldade em alcançar o ápice do prazer ou aquelas que com o avançar da idade apresentam flacidez do canal vaginal.

PALAVRAS-CHAVE: sexualidade, prazer, orgasmo.

PREVALÊNCIA DE CÂNCER CERVICAL EM MULHERES EM IDADE FÉRTIL EM GOIÁS.

Bárbara Cristine Dias Correia¹
Lauro Montelo Dos Santos¹
Heloísa Martins de Matos¹
Láisa Renata Souza Ascenso¹
Fernanda Arruda Cunha¹
Mariana Carla Mendes²

INTRODUÇÃO: O câncer de colo de útero é caracterizado pela proliferação descontrolada de células do epitélio cervical, que compromete o estroma e pode acometer outras estruturas e órgãos. O rastreio desse tipo de câncer é importante em mulheres em idade fértil, visando prevenir a doença e tratar primariamente. O objetivo desse trabalho foi compreender a prevalência de câncer cervical nos últimos 6 anos, visto que a doença apresenta alta mortalidade que, segundo dados do Instituto Nacional de Câncer (INCA), é responsável por 311 mil óbitos por ano no Brasil, sendo a quarta causa mais frequente de morte por câncer em mulheres. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Esse é um estudo ecológico retrospectivo com dados obtidos pelo Tabnet-Datasus e INCA, que abrange os anos de 2014 a 2019, com uso dos resultados de exames citopatológicos realizados, alterados e diagnosticados com neoplasia maligna NIC III em mulheres entre 20 e 34 anos. **RESULTADOS:** No ano de 2019 observou-se aumento de 8.156,3%, 7.715,9% e 6.882,6% no número de exames citopatológico realizados. Além de aumento de 51%, 29% e 32% no número de exames alterados e incremento de 120%, 143% e 242%, no número de diagnósticos de neoplasia maligna NIC III, sendo todos os resultados correspondentes às mulheres de 20 a 24, 25 a 29 e 30 a 34 anos de idade, respectivamente, quando comparados aos dados no ano de 2014. **DISCUSSÃO:** Os resultados apresentados, podem ser provenientes de fatores como: sexarca precoce e relações sexuais desprotegidas, que oportunizam o contato com o Papiloma Vírus Humano antes da vacinação, e o aumento ao acesso a saúde nos níveis primário e secundário, ocorrendo mais realizações de exames citopatológicos e, conseqüentemente, maior probabilidade de resultados positivos de NIC III. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que houve aumento nos números de exames realizados nos anos em estudo, o que propicia aumento das chances de obter um resultado positivo para alterações no epitélio ou confirmações de CA de colo uterino. A prevalência dessa doença teve aumento em todos os anos e faixas etárias pesquisadas, com ênfase de elevação significativa para a idade compreendida entre 30 e 34 anos.

PALAVRAS-CHAVE: Anormalidade; Citologia; Lesões; Microbiologia

PRINCIPAIS COMPLICAÇÕES DAS SÍNDROMES HIPERTENSIVAS GESTACIONAIS (SHG): REVISÃO INTEGRATIVA

Brenda Lima Santos¹
Paula Helen Santos Bispo¹
Glauciene Ferreira Lima¹
Nayara Rodrigues Lopes Ferreira²
Jefferson Felipe Calazans Batista³

¹ Discente em Enfermagem, UNIT/SE.

² Discente em Enfermagem, UNIT/AL.

³ Enfermeiro, Mestrando em Saúde e Ambiente, UNIT/SE.

INTRODUÇÃO: As Síndromes Hipertensivas Gestacionais (SHG) ocorrem em 6% a 30% das gestações mundiais e é a principal causa de morte entre as gestantes. Em virtude das inúmeras complicações, a gravidez é considerada de risco, sendo evidenciada pelas taxas sobre o risco de mortalidade (cerca de 86% para as mães e 75% dentre os fetos). As SHG são um conjunto de doenças multissistêmicas, que ocorrem no final do período gestacional e as principais manifestações são os níveis pressóricos iguais ou acima de 140/90 mmHg, associada a proteinúria maior ou igual a 300 mg/24 horas. Visto que, as SHG são um sério problema de saúde e propiciam diversos distúrbios, o objetivo do estudo é descrever as principais complicações gestacionais e fetais das SHG. **MÉTODOS:** Trata-se de uma revisão de literatura com abordagem qualitativa. Para prospecção do estudo, foram consultados os seguintes bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Para realização do estudo foram utilizados os descritores de forma combinada por meio do operador booleano AND, sendo eles: “Hipertensão”, “Gravidez”, “Gravidez de Alto Risco” e “Hipertensão Induzida pela Gravidez”. Os critérios de inclusão foram: Artigos disponíveis na íntegra, publicados em português e inglês, já os critérios de exclusão foram: Artigos duplicados nas bases de dados. Foram selecionados 5 artigos publicados nos últimos 5 anos. **DESENVOLVIMENTO:** Após a análise dos estudos, é possível salientar as principais complicações referentes à saúde da gestante, como: a síndrome HELLP (hemólise, enzimas hepáticas elevadas, baixa contagem de plaquetas), trombocitopenia, falência cardíaca grave, comprometimento da função renal, descolamento de placenta, edema pulmonar e progressão para eclâmpsia. Além disso, as complicações referentes a saúde do feto como: o baixo peso para a idade gestacional, comprometimento do desenvolvimento, parto prematuro e a morte perinatal. **CONCLUSÃO:** Uma vez que a gravidez acometida por alguma SHG, pode ser classificada como de alto risco, vale ressaltar a importância do acompanhamento pré-natal desde as primeiras semanas da gestação, por ser uma medida preventiva de extrema notoriedade à saúde materno-infantil.

PALAVRAS-CHAVES: Hipertensão. Gravidez. Gravidez de Alto Risco. Hipertensão Induzida pela Gravidez.

QUANDO OS DISTÚRBIOS SEXUAIS –PARAFILIAS- AFETAM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: REVISÃO NARRATIVA

Jonas Hantt Corrêa Lima¹
Sheila Beatris Kochhann²
Patrícia Mara Guralski Secco²
Martha Eliana Waltermann³

¹ Aluno medicina Ulbra

² Alunos enfermagem Ulbra

³ Orientadora, docente ULBRA

INTRODUÇÃO: As parafilias são as denominadas fantasias ou mesmo os comportamentos recorrentes de alta intensidade e sexualmente estimulantes que podem envolver objetos inanimados, crianças ou adultos sem consentimento. Ademais há o sofrimento ou humilhação de si próprio ou do possível parceiro(a). Nesse ínterim, os transtornos parafilícos originam angústia e tal patologia prejudica a vítima e o agressor. **MÉTODOS:** revisão narrativa da literatura por intermédio da base de dados PUBMED com as seguintes palavras-chave em língua inglesa:

“*sexual psychopathology, paraphilias, children, adolescents*”. Nessa busca foram encontrados 19 artigos, dos quais foram excluídos da revisão 11 artigos por terem sido publicados há mais de 15 anos. **DESENVOLVIMENTO:** A pedofilia é considerada uma forma de parafilia e, uma vez que prejudica outras pessoas, é considerada um transtorno. No campo legal, essa prática é ilegal e os crimes sexuais cometidos por jovens são responsáveis por uma porcentagem considerável desses delitos, especialmente contra crianças pequenas. Nesse contexto, a maioria dos jovens que cometem crimes sexuais contra crianças menores não desenvolve transtornos parafilícos ou comete crimes sexuais durante a idade adulta e, como um grupo, são mais semelhantes a infratores juvenis que não praticam crimes sexuais do que a delinquentes sexuais na fase adulta. No entanto, ter esse transtorno concomitante nem sempre resulta em comportamento criminoso. Quando a interatividade social de um determinado paciente com “*pervasive developmental disorder (PDD)*” é gravemente prejudicada, a parafilia pode levar a um crime sexual. Desse modo, a sexologia apresenta importante papel junto a psiquiatria na prevenção por intermédio da localização e tratamento psicológico de pacientes com qualquer parafilia que possa acarretar prejuízos no contexto biopsicossocial. A literatura mostra que indivíduos condenados por estupro e abuso sexual infantil apresentaram significativamente mais neuroticismo do que os agressores sexuais não condenados. **CONCLUSÃO:** Torna-se mister a difusão para o conhecimento médico das parafilias e suas consequências múltiplas dentro do contexto social e de saúde pública, o estudo desses desvios sexuais pode trazer avanços para que possa haver novas formas de identificar e prevenir principalmente a pedofilia.

PALAVRAS-CHAVE: “*Sexual Psychopathology, Paraphilias, Children, Adolescents*”

RACISMO: NO BERÇO DORME UM PRETO?

Eliza Vitória Nascimento Figueredo¹.
Natalha Cabral do Nascimento²
Rillary Islane Alves Pereira³
Amuzza Aylla Pereira dos Santos⁴

¹ Universidade Federal de Alagoas. elizavnf@gmail.com.

² Universidade Federal de Alagoas. natalha.14@gmail.com.

³ Universidade Federal de Alagoas. rillary_pereira02@hotmail.com.

⁴ Universidade Federal de Alagoas. amuzza.santos@gmail.com.

INTRODUÇÃO: O racismo é um determinante da saúde que infere na qualidade de vida que mulheres negras, e compromete a assistência no ciclo gravídico-puerperal trazendo complicações perinatais e alto índice de mortalidade materno-infantil. Isso porque, preto enquanto cor de pele é um fator de risco a continuidade de suas vidas, podendo ser demonstrados através dos índices nacionais. As vulnerabilidades aplicadas a população negra têm por consequência a negligência da assistência que em muitos casos deixa um berço vazio ao final da gestação. Nesse contexto, o atual trabalho analisa a causa das altas taxas de mortalidade em mulheres negras e pardas relacionadas ao binômio mãe-filho. **MÉTODOS:** Revisão de literatura de artigos científicos, obtidos na base de dados da Biblioteca Virtual em Saúde, com o recorte temporal 2010-2020, com os descritores em Ciências da Saúde: Maternidade, Negra, Mortalidade e Infantil; e o operador booleano: AND. Foram identificados 143 artigos, dos quais 05 foram utilizados. **DESENVOLVIMENTO:** os estudos demonstram que existe uma redução considerável na taxa de óbitos neonatais e maternos nas últimas décadas, entretanto ao dissociar os dados por cor/raça mulheres negras ainda possuem mortalidade maior em relação a mulheres não negras. Essa desigualdade é multifatorial, e tem no racismo uma personificação responsável por relativizar e marginalizar a vida de mulheres negras na negação ao acolhimento, omissão de informação, e humanização, fortalecendo o racismo institucional. Os fatores que alimentam as iniquidades são prevalentes em mulheres negras, como por exemplo menor grau de escolaridade, menor renda, a ausência/insuficiência da qualidade na assistência no pré-natal, maternidade pré-definida, parto cesariana, maior índice de peregrinação e menos acesso a anestésias se comparado a mulheres brancas. Esses dados também são apontados como responsáveis pela perda da mãe ou do feto no processo de parturição **CONCLUSÃO:** A ampla ocorrência do comportamento racista que ultrapassa a esfera interpessoal e atinge instituições têm a capacidade de infringir dores incuráveis às negras, em posição ou não de vulnerabilidade, como por exemplo a dor do berço vazio e diversas sequelas que além de serem evitáveis e preveníveis devem ser combatidas de maneira veemente. Observa-se a necessidade de combate ao racismo e outras formas de violência possibilitando novos manejos referentes à saúde da população negra.

PALAVRAS CHAVES: Maternidades. Mortalidade Infantil. Racismo

RELAÇÃO ENTRE DISFUNÇÃO ERÉTIL E APNEIA OBSTRUTIVA DO SONO

Josivaldo Bezerra Soares¹
Luciana Barbosa Sousa de Lucena²

¹ Aluno do curso de Odontologia pela Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil. e-mail: josivaldo.soares@academico.ufpb.br

² Professora Titular I do Departamento de Morfologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil. e-mail: lucianabslucena@gmail.com

INTRODUÇÃO: A disfunção erétil (DE) é a incapacidade de obter ou manter uma ereção peniana suficiente para a penetração sexual, sendo uma condição multifatorial. Estudos relatam a alta prevalência de DE em portadores com apneia obstrutiva do sono (AOS), entretanto, a AOS ainda é um dos fatores de risco menos pesquisados na DE. Assim, o presente trabalho teve como objetivo analisar as informações mais atuais sobre a associação entre DE e AOS. **MÉTODOS:** Trata-se de uma revisão integrativa com buscas nas bases de dados *PubMed*, *MEDLINE*, *Scopus* e *Web of Science*. Como ferramenta de busca, utilizou-se os descritores do *MeSH* “*erectile dysfunction*” e “*obstructive sleep apnea*”, bem como o operador booleano “*and*”. Os critérios de elegibilidade consistiram em artigos originais, completos e gratuitos envolvendo homens com DE e AOS diagnosticados por polissonografia, que foram publicados nos últimos 10 anos em inglês e português. Dentre 427 artigos, foram selecionados apenas 12, os quais foram analisados numa planilha do *Excel*. **DESENVOLVIMENTO:** Os estudos revelaram uma prevalência variável, 24,7 a 72,1% (média de 54,1%), de DE entre os portadores de AOS, principalmente com grau grave. Apesar disso, estima-se que, na maioria dos casos de AOS, a DE ainda não seja diagnosticada. A idade variou entre 18 a 84 anos (média de 48,9), sendo que homens mais velhos tiveram mais DE e AOS. Muitos estudos evidenciaram outros fatores de risco para a DE, tais como: redução da testosterona sérica, obesidade, envelhecimento, hipertensão arterial, diabetes e tabagismo. Embora a patogênese ainda seja desconhecida, a disfunção endotelial tem sido proposta como possível mecanismo, o que é indicado por níveis elevados de marcadores inflamatórios, como o fator de necrose tumoral- α (*TNF- α*). O tratamento proposto na literatura para as duas condições associadas é a pressão positiva contínua nas vias aéreas (*CPAP*), como também a terapia medicamentosa com sildenafil. **CONCLUSÃO:** Infere-se, portanto, que a relação entre DE e AOS é bem estabelecida, sendo mais presente em homens com idade avançada e AOS grave. Adicionalmente, os homens com AOS correm risco significativo de não ter DE diagnosticada. Dessa forma, o conhecimento do profissional de saúde sobre tal associação é importante na prática clínica, a fim de pesquisar DE em pacientes com AOS, e vice-versa. Por fim, os mecanismos de ação e a eficácia das terapias ainda não estão elucidados, sendo necessária a realização de mais estudos conclusivos.

PALAVRAS-CHAVE: Sexologia; Disfunção erétil; Distúrbios do sono; Apneia obstrutiva do sono.

REVISÃO DE LITERATURA SOBRE SAÚDE MENTAL DE GESTANTES DURANTE PANDEMIA DE COVID-19

Bruna Cristina Silva Martins¹
Gabriela Abreu Murad²
Marayra Inês França Coury³

¹ Acadêmica de Medicina do 4º período da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Betim.

² Acadêmica de Medicina do 4º período da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais.

³ Médica, Clínica Geral e Geriatria atuante nos Hospitais Socor e Mater Dei (em Belo Horizonte), Mestre em Ensino em Saúde pela Universidade José Rosário Vellano, Professora e Coordenadora da Disciplina Integração Curricular na Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG).

INTRODUÇÃO: A pandemia de COVID-19, iniciada em dezembro de 2019 comprometeu vários aspectos da vida de milhões de pessoas e tornou notória a incerteza sobre o futuro. Nesse contexto, a saúde mental tornou-se uma séria preocupação, principalmente entre as populações mais vulneráveis, como as gestantes. **MÉTODOS:** Pesquisaram-se artigos na Biblioteca Virtual de Saúde com os descritores: “pandemias” e “gestantes”. Consideraram-se os publicados 2020, cujo assunto principal era “gestantes” e estava na língua inglesa. Obtiveram-se sete artigos. Desses, excluíram-se os que não abordavam a saúde mental. Restaram cinco artigos a serem analisados. **DESENVOLVIMENTO:** O sofrimento psicológico relacionado a catástrofes pode se relacionar a resultados imediatos e crônicos para a saúde física e mental tanto da mãe e quanto do bebê, com possíveis alterações no desenvolvimento do cérebro fetal e infantil. Além da ansiedade e angústia comuns a situações de desastres naturais, no contexto de pandemia em especial, a gestante pode sofrer com o comprometimento de sua rede de apoio, considerando que uma das medidas de contenção da propagação da doença é o isolamento social. Essa conjuntura pode expor a mãe a uma sobrecarga emocional por problemas socioeconômicos e violência doméstica. Além disso, essa medida colabora para a ausência dos parceiros durante o parto, redução dos comparecimentos às consultas de pré-natal e visitação restrita às unidades de terapia intensiva neonatal. Além das implicações clínicas, como prejuízo no acompanhamento do desenvolvimento fetal, isso pode ter implicações psicossociais como desencadeamento de quadros depressivos, pânico e estresse exacerbado. **CONCLUSÃO:** Em geral, mulheres primíparas, com gestações mais avançadas, nível de renda mais baixo, infraestrutura urbana pior e menor acesso aos serviços de saúde tendem a ter maior grau de sofrimento psíquico. Entretanto, todas as mulheres devem ser questionadas pelo médico sobre sua saúde mental em cada consulta pré e pós-natal, visto que o médico desempenha papel fundamental na redução do impacto da pandemia de COVID-19 em mulheres no período perinatal. Nesse sentido, são necessárias pesquisas aprofundadas para entender melhor o impacto a curto e longo prazo da atual pandemia na saúde das mães, bebês e famílias. Além disso, estratégias de suporte psicossocial às gestantes no atual contexto podem evitar efeitos adversos durante a gravidez que prejudiquem a mãe e o feto.

PALAVRAS-CHAVE: “Saúde mental”, “gestantes” e “pandemia”

REVISÃO DE LITERATURA SOBRE TRANSMISSÃO VERTICAL DE COVID-19

Gabriela Abreu Murad¹
Bruna Cristina Silva Martins²
Marayra Inês França Coury³

¹ Acadêmica de Medicina do 4º período da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais.

² Acadêmica de Medicina do 4º período da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Betim.

³ Médica, Clínica Geral e Geriatria atuante nos Hospitais Socor e Mater Dei (em Belo Horizonte), Mestre em Ensino em Saúde pela Universidade José Rosário Vellano, Professora e Coordenadora da Disciplina Integração Curricular na Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG)

INTRODUÇÃO: A síndrome respiratória pandêmica, associada ao novo coronavírus (SARS-CoV-2) é a primeira pandemia do século. Até o momento, sabe-se que a infecção é transmitida por perdigotos, entretanto não está claro se o vírus pode ser transmitido da mãe para o feto. Nesse contexto, investigar os riscos da transmissão vertical é muito importante, tanto para manter as gestantes bem informadas, quanto para promover a segurança da mãe e do feto. **MÉTODOS:** Pesquisaram-se artigos no banco de dados da Biblioteca Virtual de Saúde com os descritores: “transmissão vertical de doença infecciosa e “infecções por coronavírus”. Consideraram-se os publicados 2020 e estava na língua inglesa. Obtiveram-se vinte artigos. Desses, excluíram-se os que não abordavam a transmissão vertical de SARS-CoV-2. Restaram cinco artigos a serem analisados. **DESENVOLVIMENTO:** Acredita-se que a entrada na célula e a disseminação do SARS-CoV-2 dependem do receptor da enzima de conversão da angiotensina 2 (ACE2) e da serina protease (TMPRSS2). Através de um sequenciamento de RNA de célula única, investigações foram feitas em todos os trimestres da gravidez, para avaliar se esses receptores eram expressos na placenta humana e nas membranas extraplacentárias. Foi descoberto, então, que poucas células co-expressam ACE2 e TMPRSS2, sugerindo que a transmissão vertical de SARS-CoV-2 é improvável, a menos que seja facilitada por condições patológicas pré-existentes, resultando em uma violação do *crosstalk* materno-fetal. Embora outros receptores, facilmente encontrados na placenta, possam servir de entradas alternativas para infecção pelo vírus, eles são menos eficientes do que ACE2 e TMPRSS2. Para identificação das rotas e riscos de possível transmissão vertical durante gestação e parto, é recomendada a coleta de amostras de PCR para SARS-CoV-2 de diferentes regiões e momentos durante a gravidez e o parto, além da análise de imunoglobulinas no leite materno, nos sangues materno e neonatal. **CONCLUSÃO:** A maioria dos estudos analisados sugere baixa transmissão vertical, o que é reconfortante. Todavia, no período entre a ocorrência dos sintomas e a positividade do teste RT-PCR, constatou-se alto risco de disseminação do vírus, por isso, não se tem um entendimento completo de quando a amostra ideal deve ser obtida. Desse modo, mais estudos são necessários para que haja melhor compreensão do assunto.

PALAVRAS-CHAVE: “SARS-CoV-2”, “transmissão vertical” e “gestantes”

SÍFILIS CONGÊNITA EM MENORES DE UM ANO NA REGIÃO NORTE: ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA

Autores: Rodrigo Alex de Souza Galdino¹
Daniel Oliveira da Costa¹
Vinícius de Paula Ueoka dos Anjos Barros¹
Ana Clara Matos Costa¹
Gabriel de Sá Sastre¹
Manuela Furtado Veloso de Oliveira²

¹ Acadêmico (a) de Medicina pela Universidade do Estado do Pará (UEPA).

² Mestranda em Enfermagem pela Universidade do Estado do Pará (UEPA).

INTRODUÇÃO: Sífilis é uma infecção sexualmente transmissível causada pela bactéria *Treponema pallidum* que apresenta uma alta taxa de mortalidade. Nesse sentido, a sífilis congênita é um problema de saúde pública devido as altas taxas de abortamento e complicações no nascimento das crianças, como malformações congênicas e baixo peso. **OBJETIVO:** Traçar o perfil epidemiológico dos casos de Sífilis Congênita no Norte do Brasil no período de 2009 a 2018. **MATERIAIS E MÉTODOS:** É um estudo ecológico que utilizou dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde referentes aos casos de Sífilis Congênita em menores de um ano no Norte do Brasil, no período de 2009 a 2018. Avaliou-se a distribuição por ano de diagnóstico, Estado, faixa etária, sexo, cor/raça, diagnóstico final, acompanhamento pré-natal e diagnóstico segundo sífilis materna. **RESULTADOS:** Foram notificados 13.212 casos de Sífilis Congênita em menores de um ano de idade. Os anos com mais casos foram 2017 (16,67%), 2018 (15,36%) e 2016 (13,25%). Já os estados que mais se destacaram foram o Pará (43,57%), Amazonas (25,38%) e Tocantins (12,73%). Acerca da faixa etária, 96,21% eram menores de 7 dias de vida; 2,1% tinham entre 7 e 27 dias; 1,69% entre 28 e 364 dias. Ademais, 49,18% eram do sexo masculino e 47,73% do sexo feminino. Sobre o diagnóstico final, 91,5% foram classificados como sífilis recente, 2% como natimorto ou aborto por sífilis e 0,06% como tardia. Outrossim, 79,44% tiveram o acompanhamento pré-natal e 17,65% não o realizaram. Tratando-se dos casos confirmados segundo a sífilis materna, 42,43% foram diagnosticados no pré-natal; 37,64% no momento do parto ou da curetagem; 15,4% após o parto e 1,15% não teve diagnóstico. **DISCUSSÃO:** A literatura também mostra que os estados do Pará, Amazonas e Tocantins têm os maiores índices de ocorrência da doença. Quanto a faixa etária, a literatura aponta que a maioria dos casos da doença são de indivíduos menores de 7 dias de vida do sexo masculino, concordando com o presente estudo. Por fim, pesquisas afirmam aumento do diagnóstico precoce, porém o estudo mostra perpetuação da grande ocorrência da doença, mesmo com medidas profiláticas adotadas, como o pré-natal. **CONCLUSÃO:** Desprende-se que o pré-natal é indispensável tanto à gestante quanto ao seu companheiro para realização dos exames e tratamento, se necessário. Ademais, nota-se a importância das campanhas sobre educação sexual para a população, como forma de prevenção e promoção de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Epidemiologia; Sífilis Congênita; Mortalidade

SÍFILIS MATERNA E A PREMATURIDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Amanda Luiza Silva Reis ¹
Ananda Calili Rezende Lima ¹
Bianca Sanches Braga Coelho ¹
Isis de Freitas Espeschit Braga ²

¹ Discente na Universidade Federal de Juiz de Fora - Campus Governador Valadares.

² Docente na Universidade Federal de Juiz de Fora - Campus Governador Valadares.

INTRODUÇÃO: Sífilis, uma infecção sexualmente transmissível (IST) grave causada pela espiroqueta *Treponema pallidum*, permanece um problema global de saúde pública. Gestantes infectadas podem transmitir a bactéria ao feto, resultando em sífilis congênita e outros desfechos perinatais adversos, como aborto espontâneo, natimortalidade e morte neonatal. O presente estudo objetivou explicitar a relação existente entre a sífilis materna e a ocorrência de prematuridade. **MÉTODOS:** Realizou-se uma revisão descritiva de artigos publicados na base de dados indexada PubMed, com os descritores: “syphilis in pregnant women” e “prematurity occurrence” e o operador booleano AND. Foram incluídas pesquisas em humanos, em inglês, dos últimos 5 anos, que discorriam sobre a relação entre o diagnóstico de sífilis na gestação e a ocorrência de partos prematuros. Foram excluídos trabalhos que trouxeram abordagens não relacionadas à sífilis no período gestacional, ou não referentes ao acontecimento de partos prematuros. **DESENVOLVIMENTO:** Foram selecionados 6 artigos. Em um estudo brasileiro, de 268 gestantes com sífilis registradas, 176 (65,7%) tiveram tratamento inadequado ou inexistente durante o pré-natal. Das 235 pacientes que deram à luz, 61 (25,9%) tiveram partos prematuros, sendo 49 (27,9%), resultantes de tratamento inadequado e, 12 (13%), adequado. Em um hospital indiano, a prevalência de sífilis materna na comunidade era baixa (<0,1%), porém, culminou em desfechos adversos, incluindo dois natimortos, quatro partos prematuros e cinco recém-nascidos pequenos para a idade gestacional. Em Shangai detectou-se 7.149 casos de sífilis materna, sendo 1.195 (16,7%) associados a desfechos desfavoráveis na gestação. Destes, 195 (16,5%) prematuros ou com baixo peso ao nascer. Também na China, somente 88.831 (55,6%) das mulheres infectadas foram detectadas com sífilis durante a gestação e, 1.236 (14%), sofreram desfechos desfavoráveis, como parto prematuro/baixo peso ao nascer em 129 (10,5%). Já em estudos caso-controle na Austrália e Uganda, o diagnóstico de qualquer IST na gravidez não foi associado à prematuridade. **CONCLUSÃO:** Por fim, verifica-se que a relação IST e nascimento prematuro tem sido alvo de recorrentes estudos. Acredita-se que a infecção possa estar associada à liberação de citocinas que ativam vias de partição. É evidente que a sífilis materna acarreta em desfechos adversos na gestação, mas sua associação com ocorrência específica de prematuridade ainda é incerta.

PALAVRAS-CHAVE: Neonatal. Gestação. Infecção Sexualmente Transmissível. Pré-natal.

SÍNDROME DE ASPIRAÇÃO DE MECÔNIO E TERAPIA SURFACTANTE NO RECÉM-NASCIDO: REVISÃO INTEGRATIVA

Agata Layanne Soares da Silva¹
Sara Brandão dos Santos²
Eulália Estel Vieira³

¹ Acadêmica do curso de medicina da Universidade Federal do Maranhão

² Acadêmica do curso de medicina da Universidade Federal do Maranhão

³ Docente do curso de medicina da Universidade Federal do Maranhão

INTRODUÇÃO: A síndrome de aspiração de mecônio (SAM) é definida como desconforto respiratório com achados compatíveis na radiografia de tórax em recém-nascidos com líquido amniótico corado com mecônio. Nesse contexto, a doença tem significativas taxas de mortalidade e morbidade neonatal. Atualmente, o manejo de neonatos com SAM envolve oxigenoterapia e ventilação assistida, porém a terapia com surfactante está em crescente uso. Objetiva-se, no presente artigo, avaliar o uso do surfactante no tratamento da SAM. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa de literatura com estudos disponíveis nas bases de dados Lilacs, Medline e Scielo. Utilizou-se os descritores “síndrome de aspiração de mecônio”, “surfactante” e “tratamento”, e o operador booleano “And”. Os critérios de inclusão foram estudos nos idiomas inglês e português, disponíveis na íntegra, realizados entre 2015 e julho de 2020. Artigos com literatura destoante do objetivo abordado foram excluídos da revisão. **DESENVOLVIMENTO:** Identificou-se 19 artigos. Aplicando os critérios de inclusão e exclusão, 8 pesquisas atenderam aos aspectos. Houve divergência entre os estudos encontrados em relação ao tratamento utilizando o surfactante, que é produzido nos pulmões e diminui a tensão superficial alveolar, que tem atividade reduzida quando há aspiração de mecônio pelo neonato. Com isso, algumas pesquisas relatam que não houve mudança com o tratamento na duração geral do suporte ventilatório ou na redução da mortalidade, enquanto que outros afirmam melhorar a oxigenação, diminuir a necessidade de ventilação mecânica e reduzir a gravidade da doença. Ademais, divergências também são encontradas no modo de administração, alguns artigos constatarem que a terapia com surfactante em bolus, embora tenha reduzido a gravidade da doença e o requisito de oxigenação extracorpórea por membrana (ECMO), não diminui as complicações, enquanto que o modo de lavagem é frequentemente interrompido devido à hipotensão e episódios de hipoxemia. Assim, vale ressaltar que no tratamento usual, a intubação endotraqueal, pressão positiva contínua das vias respiratórias, ventilação mecânica, oxigenoterapia e ECMO são bastante vantajosas, com prognósticos positivos. **CONCLUSÃO:** É evidente a necessidade de mais estudos acerca da terapia utilizando o surfactante e seu melhor modo de uso para prever com clareza os benefícios que o mesmo pode causar para a vida do feto com SAM. Sendo assim, o tratamento conservador ainda prevalece.

PALAVRAS-CHAVE: Síndrome de aspiração de mecônio; Surfactante; Tratamento.

TERAPIA DE REPOSIÇÃO HORMONAL E MENOPAUSA: UMA ALTERNATIVA DE DUAS FACES

Maria Fernanda Atavila Nogueira¹
Thayane Beatriz Ignacio Ramos²
Kamilla Assis Diniz²
Vinicius Lima Nunes³
Vanessa Resende Souza Silva⁴

¹ Acadêmica do Curso de Medicina do Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES, Mineiros (GO). Email: mariafernandaatavila@gmail.com.

² Acadêmicas do Curso de Medicina do Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES, Mineiros (GO).

³ Acadêmico do Curso de Medicina da Universidade de Rio Verde – UNIRV, Rio Verde (GO).

⁴ Orientadora/Docente do Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES, Mineiros (GO). Email: vanessa.resende@unifimes.edu.br.

INTRODUÇÃO: O uso de terapia de reposição hormonal (TRH) divide opiniões, sendo uma forma de fomentar a necessidade feminina de permanecer jovem, na feminilidade típica do pensamento sexista, sobrepondo essa necessidade à própria saúde. **MÉTODOS:** Foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto nas bases de dados do Scielo e PubMed, utilizando como termos de busca: “menopausa e reposição hormonal” e “TRH em mulheres na menopausa” e feito um estudo dirigido sobre os principais conteúdos encontrados. **DESENVOLVIMENTO:** A menopausa é decorrente do déficit na produção ovariana de esteroides sexuais. Essa fase é marcada pelo último ciclo menstrual espontâneo da mulher e associada a mudanças físicas, químicas e psicoafetivas. A TRH é usualmente prescrita à casos existentes há menos de 10 anos ou para mulheres abaixo de 60 anos de idade, sendo contraindicada para casos de câncer de mama, doença hepática ativa, doenças coronarianas, cerebrais e história pregressa de trombose. A TRH é feita por método estrogênico (mulheres histerectomizadas) ou combinado com progesterona. A Associação Brasileira de Climatério indica a TRH após a ocorrência dos sintomas, com benefício cardiovascular e ósseo. Já a *International Menopause Society* afirma que não há evidências dos benefícios do uso da TRH em doença cardiovascular instalada, mas o potencial de prevenção se inicia na transição menopáusica. Por outro lado, a *The Women’s Health Initiative* mostrou que da TRH dobrava o risco de demências. Especialistas de Oxford, contudo, definiram que os danos associados ao TRH superavam os benefícios, pelo risco da incidência de câncer, derrame e embolia pulmonar. Também demonstraram que o uso de estrógeno prolongado na pós-menopausa eleva o risco de morte por câncer de ovário, persistindo até 29 anos após suspensão do uso. **CONCLUSÃO:** Conclui-se a TRH deve ser indicada e utilizada com cautela, cabendo ao especialista uma análise sistemática e individual. A mulher deve se conscientizar da ação da TRH, dos benefícios, efeitos adversos e respeitar os processos naturais do seu corpo. É necessário haver mais engajamento em estudos deste tema para que a indicação ou contraindicação da TRH se torne mais eficaz.

PALAVRAS-CHAVE: Menopausa; Terapia de Reposição Hormonal; Estrógeno

TROMBOSE VENOSA PROFUNDA ASSOCIADA AO USO DE ANTICONCEPCIONAIS ORAIS

Maria Carolina Pereira de Carvalho¹
Charles Guimarães Damasceno²
Victor Pereira Graciano³

¹ Universitário de Mineiros - Campus Trindade

INTRODUÇÃO: A Trombose Venosa (TV) pode ser definida como obstrução parcial ou total da luz do vaso sanguíneo. A trombose venosa profunda (TVP) ocorre devido o desenvolvimento de trombos em vasos mais profundos, levando à ruptura parcial ou completa desses, acometendo de 80% a 95% das vezes membros inferiores. O tromboembolismo pulmonar e acidente vascular cerebral são outras complicações da TVP. Os anticoncepcionais orais (Aos) estão em uso há mais de três décadas, e no Brasil, são oferecidos gratuitamente pelo SUS, o que o torna o método contraceptivo mais acessível, sendo utilizado por cerca de 27% das brasileiras. O presente estudo busca compreender e há correlação entre TVP e o uso de AOs. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão bibliográfica baseada na busca de dados em artigos do PUBMED e Google Acadêmico, publicados entre os anos de 2018 e 2020, utilizando as combinações de palavras contraceptivos e trombose, com a expressão equivalente na língua inglesa. **DISCUSSÃO:** Os AOs podem ser constituídos dos hormônios progesterona e estrogênio, ou apenas progesterona (sintéticos), e são classificados quanto a geração (quantidade de estrogênio) e divididos em monofásicos, bifásicos ou trifásicos. Esses hormônios se ligam aos receptores existentes nos vasos sanguíneos, o que os tornam alvos desses constituintes. Tais substâncias têm efeito androgênico no sistema hemostático, uma vez que impedem a ação de alguns inibidores de coagulação ou adquirem resistência à ação de algum deles, como é o caso dos AOs de terceira geração, que devido a sua junção de estrogênio e progesterona ligam-se aos seus receptores nas paredes dos vasos e adquirem resistência à ação da proteína C. O estrogênio tem a capacidade de aumentar a formação de trombina e fatores de coagulação, além de inibir a proteína S e proteína C. Com isso, fica estabelecida a clara a relação entre TVP e o uso de AOs. Para pacientes de risco ou que tiveram complicações devido o uso de AOs, os dispositivos intrauterinos podem ser alternativas eficazes e seguras. É imprescindível que os profissionais de saúde estejam preparados para prestarem as devidas condutas e orientações à população feminina, buscando a maior segurança possível, diante de tantas opções de contraceptivos. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que há relação entre a TVP e o uso de AOs, e pacientes com fatores de risco para TVP evidentes devem evitar o uso desse tipo contraceptivo, podendo ser indicados nessas situações os dispositivos intrauterinos.

PALAVRAS CHAVES: contraceptivos, trombose, hormônios, coagulação.